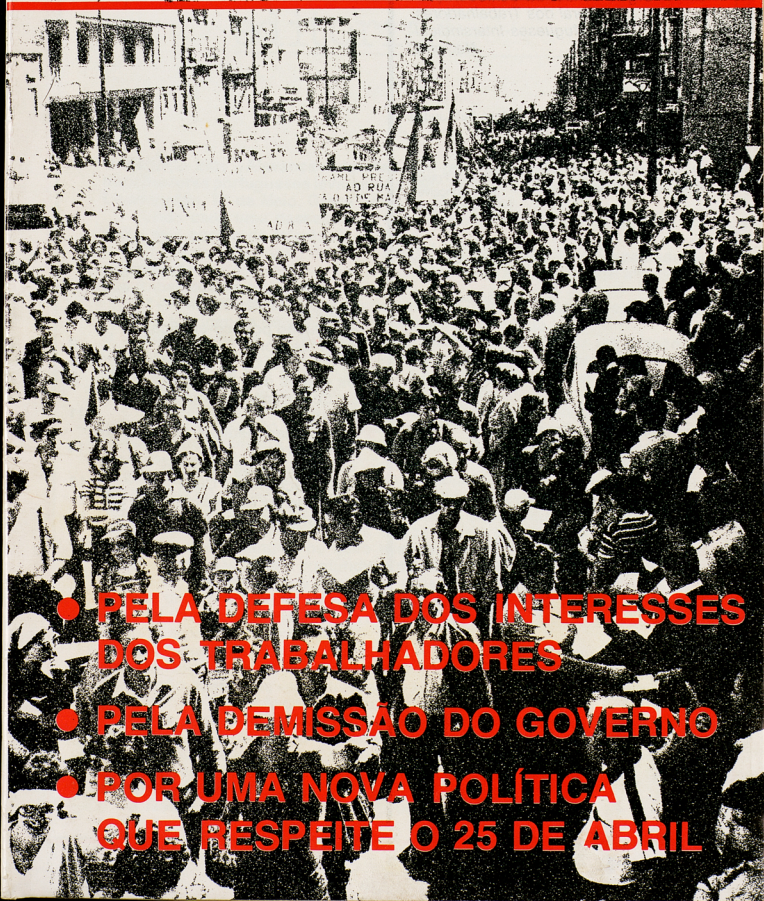


ALIANÇA

ANO III N.º 2 - ABRIL/MAIO 1982 PREÇO 30\$00

CGT-UN



- PELA DEFESA DOS INTERESSES DOS TRABALHADORES
- PELA DEMISSÃO DO GOVERNO
- POR UMA NOVA POLÍTICA QUE RESPEITE O 25 DE ABRIL

ALIANÇA

N.º2 -Abril/Maio de 1982
(Mensal)
Órgão Central da Confederação
Geral dos Trabalhadores
Portugueses-Intersindical
Nacional

DIRECTOR

José Luís Judas

COLABORARAM NESTE NÚMERO:

Elisabete França
João Gonçalves
Mário Rodrigues

SEDE DA REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

R. Victor Cordon, 1-2.º
1294 LISBOA Codex

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO

Renascerça Gráfica, S.A.R.L.

Tiragem
4000 exemplares

SUMÁRIO

● Editorial	1
● Resolução político-sindical de 17 de Abril	2
● Greve Geral de 11 de Maio	5
● Os crimes do 1.º de Maio	8
● 6.ª Conferência da Reforma Agrária	11
● Análise das medidas económicas do Governo	14
● Actualização do Caderno Reivindicativo da CGTP-IN	16
● Relatório de Actividades de 1981	21
● Relatório de Contas de 1981	31

editorial

● Reflecte este «Alavanca» algumas das grandes jornadas de luta que os trabalhadores portugueses levaram já a cabo durante este ano: Marcha contra o Desemprego, 1.º de Maio, Greve Geral de 11 de Maio.

Tendo cada uma dessas lutas significados distintos, há no entanto em todas elas pontos de referência comuns:

1.º – A demonstração de que a CGTP-IN é uma força com capacidade de organização e mobilização e, por isso, indispensável à defesa dos interesses dos trabalhadores e do País.

2.º – A manifestação do descontentamento dos trabalhadores pela política da AD e a exigência de que o seu Governo seja demitido.

● Indiscutivelmente, o Presidente da República não tem agido, em relação ao Governo AD, de harmonia com os sentimentos populares, de acordo com o apoio popular de que tem desfrutado e em consonância com a sua própria análise da situação económica e financeira do País.

O discurso proferido pelo PR na posse dos novos membros do recauchutado Governo AD não passou disso mesmo: um discurso. E a arrogância revelada pelo Governo e a AD contra o PR logo após o acto de posse é mais uma prova de que a indecisão não compensa.

● Esta crítica, legítima e justa, dos trabalhadores à actuação concreta do PR, não invalida a apreciação, em geral positiva, do papel do gen. Ramalho Eanes no desempenho das suas funções. E muito menos se pode confundir com o início duma escalada que, passando da crítica ao ataque, levasse o movimento sindical a não distinguir os seus aliados dos seus inimigos. Ou seja, os trabalhadores não podem confundir a indecisão do PR com as responsabilidades, bem mais graves, que devem ser assacadas à direcção do PS.

● Seria um erro esconder que os últimos acontecimentos da situação política nacional revelam a perspectiva da aproximação de dias difíceis para os trabalhadores e para a democracia.

Mas seria ainda mais grave que os trabalhadores e o movimento sindical, subestimando a sua força, ficassem como simples expectadores da evolução da situação, assistindo «apoliticamente» ao desenrolar dos ataques que a AD e a direcção do PS continuarão a fazer à Constituição de Abril.

As palavras de vários ministros no sentido de procederem, logo após a revisão da Constituição, à alteração de toda a legislação laboral, a novas investidas contra as nacionalizações e a Reforma Agrária, enfim, contra tudo o que «cheire» a 25 de Abril – exigem acção. E acção, para os trabalhadores, continua a significar LUTA.

A reacção pode ganhar uma batalha, mas não ganhará a guerra.

Resolução do Plenário da CGTP-IN

- *Pela defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores*
- *Pela demissão do Governo*
- *Por uma nova política que respeite o 25 de Abril*

A Resolução político-sindical do Plenário da CGTP-IN de 17 de Abril analisa a situação criada pelo Governo AD e exorta os trabalhadores a intensificarem a luta, ligando a defesa dos seus interesses imediatos à necessidade nacional de demissão do Governo e à exigência duma nova política que respeite o 25 de Abril. Foi aprovada por maioria com os votos contrários de três sindicatos.

● Nunca tantos portugueses viveram tão mal

O desastre económico e financeiro provocado pela política da AD já não consegue ser ocultado: o desemprego, os preços, a dívida externa sobem em flecha; a produção, a distribuição do rendimento e o nível de vida agravam-se dia-a-dia.

Como consequência os trabalhadores e o Povo em geral vivem numa situação de profunda degradação das suas condições de vida e de trabalho, em resultado do aumento acelerado dos preços de bens essenciais, aumento do desemprego, da situação catastrófica no sector da saúde, da habitação e do ensino.

Desde o 25 de Abril nunca tantos portugueses viveram tão mal, nunca foram tão poucos os que tiraram proveito escandaloso dessa situação.

● A violação dos direitos dos trabalhadores

Os direitos e liberdades dos trabalhadores têm sido objecto de constantes violações e ataques por parte da AD e do patronato.

A repressão que atinge os trabalhadores e as suas organizações só não tem ido mais longe porque a luta determinada dos trabalhadores o não tem permitido.

A CGTP-IN manifesta o seu apoio e solidariedade a todos os trabalhadores em luta nas empresas contra a repressão, designadamente, aos trabalhadores da RN, Carris, Petrogal, Fábrica de Loijas de Sacavém, Chromolit, Grun-dig, Oliveira Ferreira, Têxtil de Vizela, Cabos Ávila, Riopele, Tudor, Audiomagnética, Alfa, Manuel Machado e Miguel Marques, do Distrito de Braga; Triple Marfel, Hotel Baía e Hilight.

● Aumenta a contestação ao governo AD

No plano político generalizou-se e aprofundou-se a oposição do conjunto das forças políticas democráticas e tornaram-se visíveis as contradições internas quer no seio do Governo quer no seio da AD.

O Primeiro-Ministro não tem qualquer prestígio ou autoridade e a contestação a vários aspectos da política do governo é cada dia mais frequente.

No plano social é flagrante o isolamento do governo, que, desde sempre contando com a oposição tenaz dos trabalhadores, não tem o apoio do campesinato, sofre a contestação das camadas médias da população e é já criticado por importantes sectores do patronato.



● Reforça-se a unidade sindical

No plano sindical é cada vez maior a unidade dos trabalhadores em torno da CGTP-IN e é indiscutível a sua consciência e combatividade demonstrada nas várias acções de massas levadas a cabo, designadamente as manifestações de 12 de Dezembro, as manifestações de 6 de Março, a Marcha contra o Desemprego e, principalmente, a greve geral de 12 de Fevereiro. Tudo isto, torna mais claro o isolamento e desprestígio dos divisionistas da UGT, quer perante os trabalhadores quer perante a opinião pública democrática.

Nas condições actuais a UGT é, dentro dos chamados «parceiros sociais», a organização que menos critica e contesta o Governo e aquela que, pelo contrário, aparece como sendo a mais persistente a tentar dar-lhe a mão através de negociações de gabinete.

● O Governo AD deve ser demitido

Não faltando motivos de ordem económica, financeira e social, os trabalhadores têm justos motivos para não entenderem a razão por que o Governo ainda não foi demitido.

A CGTP-IN em consonância com a luta dos trabalhadores considera indispensável que os órgãos de soberania com poderes constitucionais necessários devem demitir o Governo. A CGTP-IN mostra-se disposta, no seu campo específico de acção, a contribuir para uma alternativa à actual política, mas considera ser seu dever avisar desde já que não aceitará que venham a ser os trabalhadores a pagar a factura económica e financeira da crise que resulta da política desastrosa da AD e se agrava, ainda mais, com a manutenção deste Governo em funções, facto que compromete a futura recuperação do país.

A luta que os trabalhadores têm desenvolvido, unidos em torno da CGTP-IN, foi o factor determinante na denúncia da desastrosa política do Governo, para o seu isolamento social, na clarificação da situação política, na inviabilização dos projectos iniciais da revisão inconstitucional da AD, assim como será a continuação da luta que acabará por conduzir à formação dum outro Governo com uma política que respeite o 25 de Abril.

● Éxitos da luta dos trabalhadores

Da luta dos trabalhadores resultaram já, no plano dos seus interesses imediatos, importan-

tes éxitos dos quais se ressalta:

- O tecto salarial caiu, ultrapassando o aumento médio salarial os 20% quando o Governo queria impor 17%.

- A proposta de lei dos despedimentos, arma para maior exploração e opressão do patronato e do Governo foi metida na gaveta.

- O pacote das leis laborais (Lei das férias, feriados e faltas, lei da greve etc.) foi para a prateleira.

- O Governo não conseguiu aplicar a totalidade das medidas referentes à saúde.

- O desbloqueamento de importantes processos de negociação colectiva.

Pode-se concluir que a AD e o seu Governo não conseguiram, levar por diante os seus verdadeiros intentos: rever antecipada e inconstitucionalmente a Constituição, através da destruição das nacionalizações, da reforma agrária e da limitação de direitos e liberdades fundamentais.

● Prosseguir a luta em torno dos objectivos da CGTP-IN

Os resultados alcançados pela luta apontam que o caminho a seguir continua a ser o da luta em torno dos objectivos traçados pela CGTP-IN:

- lutar pela defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores ligando-a aos grandes objectivos nacionais de demissão do Governo e por uma nova política que respeite o 25 de Abril.

Nesse sentido e face à gravidade da situação social o Plenário aprovou um conjunto de medidas de emergência para a defesa do nível de vida das camadas mais desfavorecidas em que, nomeadamente, se reivindica a actualização das pensões e reformas e das restantes prestações sociais, considerando que se impõe que os novos valores entrem em vigor no dia 1 de Junho de 1982.

Nos pontos restantes da Resolução, o Plenário da CGTP-IN apelava para que os trabalhadores e o movimento sindical fizessem das comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio «jornadas inesquecíveis de unidade antifascista e de determinação dos trabalhadores em prosseguir os objectivos do Progresso, Justiça Social e Paz que o Socialismo contém». E, a terminar, expressava mais uma vez a determinação da CGTP-IN em assumir as suas responsabilidades «mobilizando os trabalhadores e recorrendo a todas as formas de luta que se mostrarem ajustadas em defesa dos trabalhadores e do regime democrático.»



edições 1 de OUTUBRO

- O FRACASSO DOS GOVERNOS DE DIREITA EM PORTUGAL
– de Eugénio Rosa – 280\$00
- A LIÇÃO DAS COISAS (POESIA)
– de José Vultos Sequeira – 200\$00
- DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO
(Encontro de juristas promovido pela CGTP-IN) – 175\$00
- RAÍZES HISTÓRICAS DOS PRINCÍPIOS DA CGTP-IN
– de Victor Sá – 40\$00

PEDIDOS A: Edições 1 de Outubro – R. Vitor Cordon, 1-2.º 1200 Lisboa



aris

Centro Distribuidor de Papel
e Material de Escritório e Afins, SCARL.

Rua da Benficiência, 229, D e E
1600 LISBOA

PAPÉIS ▶ escrita/impressão/cartolinas
EQUIPAMENTOS ▶ fotocópia/escritório
MATERIAIS ▶ offset/fotocópia/escritório

REVENDEDORES DAS MARCAS: AGFA • GESTETNER • REGISCONTA • MESSA

Greve Geral

UMA PODEROSA AFIRMAÇÃO DA CAPACIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL E DA CONSCIENCIA POLITICA DOS TRABALHADORES

A Greve Geral de 11 de Maio correspondeu cabalmente às expectativas e necessidades da situação actual da luta dos trabalhadores.

Para melhor se avaliar os resultados desta Greve Geral, tem de se ter em conta a situação em que ela decorreu e que é caracterizada:

— Por uma dura e prolongada luta dos trabalhadores em defesa dos seus interesses e dos direitos e liberdades do povo numa situação em que se verifica a redução constante do valor real dos seus salários, a generalização abusiva dos contratos a prazo, as imensas dificuldades económico-financeiras de numerosas empresas em que labutam, a inquietante repressão patronal e governamental, o aumento crescente do desemprego.

Nestas condições, a greve geral tem de ser avaliada não só pela elevada percentagem da adesão dos trabalhadores mas, sobretudo, pelo alto significado da combatividade que estes expressaram.

As oscilações na adesão a esta greve, relativamente à de 12 de Fevereiro, traduziram-se em quebras pouco significativas, por um lado, e, por outro lado, em acréscimos, com destaque para os sectores da Metalurgia, Comércio, Função Pública, Transportes Colectivos do Porto.

Foi uma greve realizada após somente 3 meses da greve geral de 12 de Fevereiro, depois das grandiosas manifestações de 6 de Março e da Marcha Contra o Desemprego em 28 de Março, de uma grandiosa comemoração do 25 de Abril e de um combativo 1.º de Maio.

Tendo em conta o seu curto período de preparação (uma semana) e o seu cariz marcadamente político, a greve geral de 11 de Maio constituiu uma poderosa afirmação da capacidade do movimento sindical, do elevado grau de consciência política dos trabalhadores, da sua forte unidade e confiança na CGTP.

A UGT INSTRUMENTO DA AD

Durante a greve geral de 11 de Maio os trabalhadores puderam testemunhar, mais uma vez, a acção dos divisionistas da UGT que os define como verdadeiros defensores do Governo AD.

Nas posições da UGT não é possível reconhecer qualquer parcela de influência de sectores democráticos, tal a semelhança das suas posições com as posições da AD.

Os dirigentes da UGT são agentes convictos da contra-revolução que sempre actuaram e actuam contra todas as lutas da CGTP-IN e dos trabalhadores.

Mais uma vez a UGT, confrontada com a realidade da sua fraca força real e perante a firmeza dos



10 grandes empresas que pararam a mais de 60%

EMPRESA	VENDAS (milhões contos) 1980	N.º TRABALHAD.	ADESÃO À GREVE	
			PERCENTAGEM	N.º TRABALHAD.
1. Siderurgia Nacional	17,7	6 000	98,6%	5 916
2. Lisnave	7,6	8 328	100%	8 328
3. Setenave	3,2	6 757	100%	6 752
4. Fisipe	1,7	512	100%	512
5. Covina	1,4	1 100	99,9%	1 099
6. Quimigal	21,6	11 530	90%	10 377
7. EDP	36,4	18 345	60%	11 007
8. Sorefame	3,2	4 180	80%	3 344
9. CP	6,0	24 414	89,8%	21 900
10. Cometna	1,2	1 863	80%	1 490
10 empresas	100 milhões de contos	83 029	85%	70 726

trabalhadores, reclamou (como foi expressamente reconhecido pelo sr. Marcelo Rebelo de Sousa) a presença das forças policiais para, inutilmente, tentar atemorizar os trabalhadores.

Qualquer semelhança entre a prática da «UGT» e a prática das organizações sindicais com quem diz querer conviver na Europa, mais não é do que uma absurda coincidência.

O comportamento da «UGT», totalmente condenável face a qualquer padrão de ética sindical, tem o mérito de esclarecer os democratas que, ilusoriamente, sobre a questão da unidade se mostravam permeáveis às posições e actuações da «UGT».

O Governo política e moralmente derrotado

O Governo apresentou-se perante a greve geral de 11 de Maio numa clara posição defensiva.

Outra não poderia ser a atitude de um Governo isolado e desacreditado, de um Governo que sofreu uma profunda e significativa derrota política e moral com a grandiosa jornada de luta do 1.º de Maio.

No entanto, logo que se começou a tornar claro o êxito da greve geral, designadamente nos grandes centros urbanos, o Governo não pôde deixar de revelar a sua natureza antidemocrática. Utilizou a UGT para impedir a acção legal dos piquetes de greve e provocar conflitos, ao mesmo tempo que, através dos órgãos de Comunicação Social, especialmente a rádio, tentou desvirtuar e caluniar a luta desenvolvida pelos trabalhadores e esconder a verdadeira expressão da greve geral.

Mas a forma como decorreu a greve e a grande adesão dos trabalhadores isolaram ainda mais o Governo AD e os seus apoiantes. Por isso, este Governo não tem razão nenhuma para continuar a existir. E, quanto mais tarde se atender à exigência da sua demissão, mais difícil se torna encontrar uma alternativa e pôr em prática uma política que resolva os problemas do povo e do país.



Percentagens de adesão por sectores de actividade

- Ind. Alimentação, Bebidas e Tabacos – 52,4%
- Celulose – 72,2%
- Cerâmica, Cimentos e Vidros – 77,6%
- Comércio e Serviços – 60%
- Construção Civil – 80%
- Transportes – 78,5%
- Metalurgia, Metalomecânica e Minas – 85%
- Pescas – 85%
- Têxteis e Lanifícios – 53,2%
- Função Pública – 57,5%
- Químicos e Farmacêuticos – 60,1%

Combatividade dos trabalhadores não tem tido resposta dos órgãos do poder

O Secretariado Nacional da CGTP-IN, reunido na sequência da Greve Geral de 11 de Maio, debateu a situação político-sindical no país, mormente a referida Greve. Das conclusões, aqui fica uma síntese.

• Durante o curto período dos últimos 3 meses os trabalhadores portugueses têm desenvolvido uma persistente e poderosa luta, com especial destaque para as greves gerais de 12 de Fevereiro e 11 de Maio e as comemorações do 1.º de Maio, pela defesa dos seus interesses e direitos ameaçados e atacados pela política da AD e do seu governo.

• É inegável que a luta dos trabalhadores tem sido o factor fundamental que tem influenciado positivamente a situação política do país.

Assim:

a) A Greve Geral de 12 de Fevereiro, culminando com um período de grande ascenso de muitas lutas sectoriais em torno de objectivos concretos, pelo seu êxito, veio abrir caminho para a resolução de importantes processos de contratação colectiva, repeliu a ameaça da lei dos despedimentos, do tecto salarial e do «pacote laboral» e permitiu desenvolver o processo de descrédito, isolamento e desagregação do governo.

b) O 1.º de Maio constituiu uma reafirmação dos objectivos da Greve Geral de 12 de Fevereiro e, em consequência dos acontecimentos verificados no Porto, assumiu um alto significado na intensa luta de classes que se vive no nosso país.

Os graves incidentes do Porto com o assasínio pela polícia de intervenção, de dois jovens trabalhadores, mostraram claramente o carácter fascizante do Governo, cuja acção foi condenada unanimemente por todas as forças democráticas.

Mas os trabalhadores demonstraram ter firmeza e determinação suficientes para não abdicarem de exercer, na sua plenitude, todos os direitos e liberdades que estão reconhecidos, provando assim que são os trabalhadores os mais firmes defensores dos direitos e liberdades fundamentais, mesmo quando confrontados com a mais violenta repressão.

c) A Greve Geral de 11 de Maio, tendo em conta o contexto em que se realizou, nomeadamente, o curto prazo da sua preparação, pelos

seus objectivos fundamentalmente políticos e pela grande adesão que teve, constituiu uma poderosa afirmação da grande capacidade de organização do movimento sindical, do elevado grau de consciência política dos trabalhadores e da sua forte unidade e confiança na CGTP-IN.

Em conclusão, os trabalhadores mostraram que a sua combatividade, consciência, unidade e organização são factores decisivos contra a política reaccionária do Governo, e a favor duma alternativa verdadeiramente democrática.

• No entanto — considerou o Secretariado Nacional da CGTP-IN — a combatividade que os trabalhadores têm vindo a evidenciar não tem encontrado correspondência na acção dos órgãos do poder aos quais cabe desenvolver o processo constitucional conducente à demissão do Governo e à mudança política necessária ao país.

Ora, na grave situação actual, a pior alternativa é a manutenção deste governo em funções. E quanto mais tarde ele for demitido mais difícil se torna encontrar uma alternativa e pôr em prática uma política que resolva os problemas do povo e do país.

• Os trabalhadores, ao mesmo tempo que estão disponíveis para aplicar a sua grande capacidade de organização e combatividade na procura dessa alternativa, não têm outro caminho que não seja continuar a lutar contra a AD e a sua desastrosa política.

A luta continuará a desenvolver-se não só em torno dos objectivos imediatos dos trabalhadores, designadamente pela satisfação do Caderno Reivindicativo da CGTP-IN, na contratação colectiva, contra o aumento do custo de vida, contra o desemprego e os contratos a prazo, contra as taxas de saúde, pela defesa do sector nacionalizado e pela Reforma Agrária, mas também, e em todo o momento, na batalha da revisão constitucional e, em defesa do regime democrático, no qual se insere a exigência da demissão do governo e de uma alternativa democrática.

1.º de Maio

Dia Mundial dos Trabalhadores

GOVERNO E UGT NÃO CONSEGUIRAM ATINGIR O ALVO

O 1.º de Maio de 1982 ficará assinalado pelos trágicos acontecimentos do Porto: o espancamento e baleamento de velhos, mulheres e crianças e o assassinato de dois trabalhadores — Pedro Manuel Sarmiento Vieira, de 24 anos, e Mário Emílio Pereira Gonçalves, de 18 anos, ambos mortalmente atingidos pela polícia.

Como a CGTP-IN tem afirmado publicamente, a responsabilidade por estes graves acontecimentos cabe única e exclusivamente ao Governador Civil do Porto, ao Governo AD e à polícia, com a cumplicidade aberta da UGT.

Com efeito, após as grosseiras provocações feitas ao Movimento Sindical Unitário, pelo governo AD com a «intentona» de 12 de Fevereiro e a tentativa de proibição de entrada da Marcha Contra o Desemprego na capital, a AD, preparou, no Porto, através do seu representante e em conluio com os divisionistas da UGT, uma nova provocação, tentando impedir que os trabalhadores e o seu movimento sindical comemorassem, na Baixa, como sempre o fizeram, o Dia Mundial do Trabalhador.

O que se passou no Porto tratou-se, portanto, de mais uma operação premeditada e concertada pela UGT e o Governo AD.

Sabendo o governo que as acções de massas e que toda a movimentação dos trabalhadores, por ocasião das comemorações do 1.º de Maio se dirigiam contra a sua política, contra o aumento dos preços, contra os despedimentos, contra os contratos a prazo, contra a repressão nas empresas, ou seja, contra a AD e o seu executivo, havia que criar artificialmente uma situação que aparentasse um conflito UGT-/CGTP-IN.

Mas o que está em causa, não é o 1.º de Maio da CGTP-IN ou da UGT. O que se pretende atingir é o próprio Dia Mundial dos Trabalhadores, a jornada de unidade e luta contra o governo AD, contra a política ruinosa de preços, de endividamento externo, de repressão política e laboral.

Mas isso, a AD e a UGT não conseguiram nem conseguirão! O 1.º de Maio de 1982 foi mais uma jornada memorável, a demonstrar a força e a confiança dos trabalhadores portugueses.



URGENTE O APURAMENTO DE RESPONSABILIDADES PELOS CRIMES

Um mês passou sobre a sangrenta madrugada do 1.º de Maio. O inquérito oficial aos acontecimentos está no termo do prazo estabelecido para a sua conclusão. Atenuado pelo quotidiano o grande clamor de indignação com que a população imediatamente reagiu, o assunto continua todavia em aberto: falta imputar responsabilidades e punir os responsáveis, com o necessário rigor.

A intervenção criminosa das forças policiais na madrugada do 1.º de Maio, no Porto, foi um exercício de terror sentido na carne por muitos cidadãos (dois mortos, dezenas de feridos) e presenciado por muitíssimos outros: foi uma realidade brutal, evocadora dos terríveis tempos do fascismo.

O Governo e alguns órgãos de comunicação social, em coro, logo desenvolveram uma campanha mistificatória visando ilibar aquelas forças policiais da sua responsabilidade nos acontecimentos: foi um «facto político», criado nos gabinetes de manipulação da AD.

Ao mesmo tempo, tinha início um dos inúmeros inquéritos mandados instaurar neste país, tantos e de resultados tão pouco sensíveis, que acabam por ter uma credibilidade precária junto da opinião pública.

Numa situação com a gravidade da que aqui se aborda, não é demais insistir em desmontar as mistificações e esclarecer as dúvidas que os meios de comunicação mais poderosos (onde o Governo e a D dominam) acabam por instalar.

Os antecedentes

As primeiras dúvidas tinham sido lançadas logo em relação à legitimidade das comemorações do 1.º de Maio pela CGTP-IN, nos locais habituais da cidade do Porto. Já no suplemento ao nosso número anterior (Jornal da Greve Geral) divulgámos toda a fundamentação legal em que assentou a realização das concentrações e manifestações promovidas pela USP. Daí se pode concluir, claramente, que a acção do governador civil do Porto, discriminatória da CGTP e, ela sim, não conforme à lei — o prazo para levantar eventuais objecções junto dos promotores é de 24 horas sobre a sua comunicação... e não de oito meses — visava gerar conflitos. Na mesma linha, aliás, se situaria a recusa de Ângelo Correia a receber dirigentes da CGTP, bem como o envio para o Porto do Corpo

Especial de Intervenção.

A prática do Governo, tal como se verificava no regime fascista, tem por objectivo, no campo sindical, proteger os seus peões arvorados em sindicalistas (hoje, a UGT desempenha papel comparável ao dos laçaios instalados nos sindicatos corporativos) e esmagar o Movimento Sindical Unitário que, por irradiar das necessidades e dos anseios das massas trabalhadoras, se torna incómodo e perigoso para os seus desígnios. A **força** é o recurso para atingir o objectivo, as policcias são o instrumento material. Acontece que as condições muda-



Aspecto do cortejo fúnebre no Porto que acompanhou os dois trabalhadores assassinados

Os trabalhadores e o movimento sindical unitário não vão deixar-se intimidar nem desistir de exercer os seus direitos como os seus inimigos pretenderiam

ram e, no regime democrático-constitucional que temos, o Governo e a sua polícia formam um conjunto aberrante, intolerável.

A violência nas ruas

Em qualquer país civilizado, quando os poderes instituídos fazem dispersar manifestantes — independentemente da legitimidade dos actos — fazem-no recorrendo a meios dissuasores como gases lacrimógenos, bastões, balas de borracha. Na madrugada do 1.º de Maio, no Porto, foi montado um monumental aparato policial, composto pela Polícia de Choque, agentes à paisana e Corpo Especial de Intervenção: polícia armada até aos dentes, armas munidas de bala real.

Elementos das forças policiais, conforme foi largamente testemunhado, começaram por ameaçar que haveria mortos. Sob pretexto de protecção a manifestantes da UGT, por um lado, e, por outro, de autodefesa contra manifestantes da CGTP que brandiam bandeiras, arremessavam pedras e outros objectos (conforme comunicado do comando da PSP), os efectivos policiais espalharam o terror pela Baixa e outras zonas da cidade do Porto, já distantes do centro. Espancaram quem encontravam pela frente; perseguiram furiosamente; dispararam, ferindo e matando (à queima-roupa e pelas costas).

Foi como um pesadelo alimentado pela memória do fascismo, mas aconteceu. Tiros, rajadas de metralhadora, foram ouvidos; cápsulas de balas usadas pela polícia ficaram no chão; há o testemunho dos feridos, espancados e baleados pela polícia, bem como de jornalistas diversos; de polícias feridos houve notícias mas não provas; há abundante material fotográfico, a documentar o sucedido.

Assumir responsabilidades

Pressuroso em transferir responsabilidades, o Governo logo fez a rábula de inculpar a CGTP-IN. Considerando toda a campanha reacçãoária orquestrada em torno de civis armados, detectados no palco dos acontecimentos (uma segunda edição da «insurreição» de Fevereiro), é de perguntar: o recurso à polícia à paisana não se destina precisamente a compor o cenário para este tipo de manobras?

Como quer que seja, há questões de fundo, muito concretas, que terão de ser fundamentadamente respondidas: Quem desencadeou aquela onda deviolência? Quem espancou, disparou, feriu, matou? Sob as ordens de quem?

É urgente clarificar responsabilidades e punir os responsáveis. A USP e a CGTP-IN assumem as suas próprias responsabilidades, que são outras. Demonstração exemplar do sentido de responsabilidade e civismo dos trabalhadores e dirigentes sindicais, foi feita, mais uma vez, logo no dia 1.º de Maio e sobretudo ali mesmo, na Baixa portuense. O que os trabalhadores e o Movimento Sindical Unitário não vão é deixar-se intimidar e desistir de exercer os seus direitos, como os seus inimigos pretenderiam.

Posição da CGTP—IN sobre a Revisão da Constituição

O Secretariado Nacional da CGTP-IN analisou em 18 de Maio a matéria divulgada na proposta de revisão constitucional que vai ser apresentada pela respectiva comissão ao plenário da AR, designadamente sobre os poderes políticos e militares do PR, e composição do Tribunal Constitucional que visa substituir idênticas funções hoje atribuídas ao CR.

As propostas sobre estas matérias, em si mesmas já perigosas, assumem particular gravidade para os destinos da democracia se viessem a ser aprovadas com a manutenção da AD no go-

verno e a actual composição da AR.

Os trabalhadores já conhecem, por experiência própria, quais as consequências que se abateriam sobre os seus interesses e as suas lutas se a AD viesse a ter a possibilidade de utilizar as Forças Armadas, tal como hoje já utiliza a PSP e a GNR para reprimir o Povo, objectivo já denunciado pelo próprio primeiro-ministro Balsemão.

Os trabalhadores já conhecem por experiência própria, pela prática constante de ilegalidades e abusos de poder cometidos pela AD, que limitados podem ser os seus direitos mesmo que consagrados na Constituição, se a AD tiver a possibilidade de controlar o Tribunal Constitucional que se venha a criar, o que lhe permitiria fazer passar leis de carácter inconstitucional.

A CGTP-IN considera que, na presente situação, se se viesse a facultar à AD a maioria de 2/3 que lhe permita concretizar estas alterações, não só se estaria a contribuir para a manutenção da AD na área do poder, como também se contribuiria para os ataques e limitações aos direitos dos trabalhadores, o que inevitavelmente conduziria à agudização e radicalização dos conflitos sociais.

Reforma Agrária

DESENVOLVER A AGRICULTURA DEFENDER A DEMOCRACIA

Mais de 2500 delegados à 6.ª Conferência da R.A. debateram, nos dias 29 e 30 de Maio, a situação nos campos do Alentejo, fizeram o balanço documentado da ofensiva e dos roubos dos governos de direita e concluíram pela necessidade de demitir o executivo AD e de lutar contra a revisão golpista da Constituição, como condições indispensáveis para a defesa da Reforma Agrária e das conquistas do 25 de Abril. É com base nos documentos da 6.ª Conferência que aqui apresentamos um resumo da situação e das conclusões aprovadas.



Balanço da ofensiva

- A Reforma Agrária possui ainda, em 31/12/81, 415 UCP's/Cooperativas Agrícolas, ocupando uma área de 528 000 hectares e 25 000 trabalhadores.

- 135 UCP's/Cooperativas destruídas e cerca de 100 fortemente danificadas; 600 000 hectares das melhores terras usurpadas à Reforma Agrária, milhares de cabeças de gado, máquinas, infra-estruturas, toneladas de cereais, de cortiça e de outros bens roubados, a produção seriamente comprometida, 40 000 postos de trabalho destruídos – eis o brutal balanço do saque feito à Reforma Agrária, conduzido a partir de 1977 pelos governos da recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

- Terminada a primeira fase de ofensiva de reservas ilegais, fracassada a política de «distribuição» de migalhas de terra, o Governo AD optou por uma via menos espectacular mas não menos «eficiente»: a do total cerco financeiro, pelo qual procurará inviabilizar as explorações colectivas da Reforma Agrária, levando-as a uma situação de ruptura e falência, para depois as acusar de má gestão e inviabilidade, procurando, assim, uma justificação para a farsa dos «leilões» das terras das UCP's, com os quais as pretende liquidar completamente.

- O Estado não paga as suas dívidas e retém as receitas das UCP's; centenas de milhares de contos de cortiça pertencentes às UCP's são desviados para os bolsos dos agrários, a transferência de milhares de contos do crédito agrícola de emergência para linhas de crédito de médio e longo prazo nunca foi, no essencial, realizado, apesar de despachos publicados; o crédito para investimento está, na prática, fechado para as UCP's; os preços à produção – no que se refere a produções chave na Reforma Agrária – são fixados muito abaixo dos custos e das médias nacionais de rendimento; o

escoamento dos produtos é deixado nas mãos dos circuitos intermediários; é praticamente total o boicote técnico. No subsector da produção florestal assiste-se a um autêntico cerco. A cortiça é escandalosamente usurpada às UCP's. Não são autorizados nenhuns cortes ou desbastes de árvores, apesar de tecnicamente necessários. e todas as receitas provenientes deste sector têm de ser entregues ao Estado.

Entretanto, na área de reservas jazem milhares de obras e benfeitorias feitas pelos trabalhadores sem que estes tenham sido indemnizados de um tostão que seja dos milhares de contos investidos. Em suma, o Estado deve às UCP's/Cooperativas qualquer coisa como 16 milhões e quinhentos mil contos!



16,5 MILHÕES DE CONTOS

ROUBADOS À REFORMA AGRÁRIA

• Do total das **terras distribuídas** desde o início da propagandeada entrega de terras a pequenos agricultores:

432 000 ha (83,3%) foram entregues a grandes agrários;

46 900 ha (9%) foram distribuídos a indivíduos que nada têm a ver com agricultores;

38 600 (7,5%) foram distribuídas a pequenos e médios agricultores.

A realidade desmonta assim a farsa da AD quando fala em distribuição de terras a pequenos agricultores.

• Desde o início da ofensiva foram saqueadas 232 500 **cabecas de gado**, com um valor total superior a 2 milhões e 600 mil contos.

A AD é responsável, nos últimos dois anos da ofensiva, por ter roubado às UCP's/Cooperativas

mais de 59% do total dos bovinos, mais de 66% do total de ovinos e caprinos e mais de 83% dos suínos usurpados desde o início da ofensiva.

• Foram roubadas quase 12 000 **máquinas e alfaias**, a que corresponde um valor de 1 milhão e 400 mil contos.

Entretanto, os governos da AD são responsáveis pelo roubo de 7 810 (perto de 66%) do total de 11 860 máquinas e alfaias roubadas às UCP's-/Cooperativas.

Em 1980 e 1981 a AD de Sá Carneiro, Pinto Balsemão e Freitas do Amaral roubou às UCP's-/Cooperativas 1080 tractores, 225 ceifeiras, mais de 1000 motores de rega, 750 reboques, 100 camiões e perto de 4000 alfaias e outra maquinaria.

• Quanto a **melhoramentos fundiários e infra-estruturas roubados**, eis o balanço desde o início da ofensiva: 180 barragens, 65 celeiros, 74 instalações de máquinas, 202 instalações de gado, 18 oficinas, 8 instalações tecnológicas, 101 habitações, 11 obras sociais diversas e 30 628 hectares de terraplenagens e obras de enxugo.

Balanço total dos roubos: 16,5 milhões de contos

	Até 1979	1980	1981
Produtos entregues e não pagos	1 300 000	1 600 000	
1 200 000 Culturas em curso e frutos pendentes	500 000	2 100 000	230 000
Total das dívidas às UCP's	1 800 000	3 700 000	1 430 000
Total dos roubos às UCP's (investimentos roubados + dívidas)	3 850 000	8 000 000	1 945 000

O valor monetário da ofensiva situa-se em 16 milhões e 570 mil contos, correspondentes a 13 milhões e 795 mil contos dos roubos efectuados às UCP's/Cooperativas até 1981 inclusive, e 2 milhões e 125 mil contos de juros respeitantes aos

capitais roubados em igual período.

Este enorme saque dos dinheiros das UCP's-/Cooperativas impede um maior desenvolvimento e cria enormes dificuldades à produção e à melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

ALGUMAS CONCLUSÕES SOBRE A LUTA E A ORGANIZAÇÃO

• Continuam de pé, vivas, produzindo e lutando 415 UCP's que ocupam uma área de 543 000 ha e nas quais labutam 25 000 trabalhadores, agricultores e técnicos.

A 6.ª Conferência sublinhou que a R.A. continuará a lutar e a ser defendida com determinação, abrindo novas trincheiras para outras batalhas até estarem criadas condições para nova arrancada, para a liquidação definitiva do latifúndio e a entrega da terra a quem a trabalha.

A 6.ª Conferência considerou que continuar a defender a R.A. é a melhor maneira de contribuir para a imediata demissão do Governo AD, a dissolução da A.R., a formação de um Governo de gestão e para a convocação de eleições antecipadas.

• A 6.ª Conferência constatou que a ofensiva tem presentemente dois novos e perigosos aspectos: — o leilão de terras das UCP's e a sua asfixia financeira através da penhora de bens, do roubo da cortiça e de outros produtos.

A Conferência considera ilegais e não reconhece qualquer legalidade ou validade que aos leilões de terras, quer às penhoras. Apela aos trabalhadores a defenderem a cortiça, a organizarem a luta, e defenderem com determinação as terras e bens das UCP's. Exorta os trabalhadores a recorrerem, a apelarem à solidariedade da classe operária, dos trabalhadores e democratas portugueses e suas organizações.

• Objectivos de luta prioritários

• A 6.ª Conferência apontou como objectivos de luta prioritários no actual momento:

- a anulação de todos os leilões e roubos de terras;
- anulação de todos os processos de excoções fiscais (penhoras);
- acerto de contas entre as UCP's e o Estado;



- direito à livre extracção e comercialização da cortiça e revogação do Decreto-Lei da cortiça;

- abertura de créditos às UCP's;

- execução dos Acordos do Supremo Tribunal Administrativo;

- devolução às UCP's/Cooperativas das terras, máquinas, gados, infra-estruturas e outros bens tirados ilegalmente;

- expropriação das terras abandonadas e liquidação de todo o latifúndio;

- luta contra a revisão golpista da Constituição e pela demissão do Governo AD objectivos e condições fundamentais para a defesa da R.A. e de todas as conquistas de Abril.

• Organização e Gestão das UCP's

• A 6.ª Conferência realçou os avanços e melhorias no sector da contabilidade e da organização administrativa: mais de 250 UCP's/Cooperativas Agrícolas têm as suas contas e balanços devidamente organizados e em dia, desde escritas ainda rudimentares até Cooperativas que já recorrem a um centro de processamento de dados.

• A 6.ª Conferência salientou o facto de, apesar das condições difíceis em que são obrigadas a actuar, a esmagadora maioria das UCP's/Cooperativas Agrícolas terem os seus órgãos sociais a funcionar e uma intensa vida democrática, de que são expressão o facto de mais de 2500 trabalhadores participarem nos diferentes órgãos sociais e terem realizado em 1981 mais de 3500 plenários e o número de reuniões de direcção ultrapassarem as 15 000.

• O trabalho sindical

Quanto à actividade sindical levada a cabo ao longo de 1981, apesar de deficiências existentes, ficou demonstrado na 6.ª Conferência da Reforma Agrária que se registou, no conjunto dos 5 sindicatos do Sul, um significativo reforço da actividade sindical, uma maior iniciativa política e uma maior ligação com a classe, nomeadamente:

Na luta contra o desemprego, com mais de 150 plenários e encontros específicos distritais, interconcelhos e concelhios, abrangendo mais de 15 presenças; encontros de mulheres e de jovens desempregados; concentrações com milhares de desempregados junto à Assembleia da República e outras acções;

Na luta em defesa da Reforma Agrária com greves, manifestações, concentrações, entrega de documentos às populações, greve dos tiradores de cortiça, concentrações em Lisboa, visitas às UCP's/Coop., etc.;

Na luta contra a prepotência dos agrários os 5 sindicatos do Sul organizaram mais de 946 processos contra o patronato, 360 dos quais foram resolvidos a favor dos trabalhadores, no valor de 6900 contos;

No trabalho de informação e propaganda os 5 sindicatos realizaram mais de 1800 plenários, encontros, assembleias, reuniões alargadas e outras iniciativas com mais de 150 mil presenças. Foram publicados 1 milhão e cem mil exemplares de documentos.

Os 5 sindicatos agrícolas do Alentejo e Ribatejo contam hoje, com 100 000 sócios. Mais de 50% são mulheres.

NECESSARIO E URGENTE UM AMPLO ESCLARECIMENTO

Apesar de todos os ataques dos sucessivos governos, em especial o não pagamento dos produtos e de determinados subsídios, o corte dos créditos e a ausência de apoio técnico, etc., os trabalhadores da Reforma Agrária aumentaram a produção, produzindo mais em 500 mil hectares de terras fracas do que os grandes agrários em 1 milhão de hectares das melhores terras.

O Governo AD ensaiou esta que é a mais perigosa ofensiva, através de novas modalidades: os chamados concursos públicos das terras UCP's e Cooperativas e os processos de execução fiscal com a ameaça de penhora, dos seus respectivos bens.

O Governo AD argumenta, por um lado, que os trabalhadores não têm competência

para gerir as empresas e, por outro, que as UCP's e Cooperativas devem muito ao Estado.

No que respeita a dívidas é o Estado que deve: a dívida global das UCP's Cooperativas não chega a atingir os 10% das dívidas do Estado para com elas.

Quanto à competência técnica a melhor prova é a maior produção em menos de metade da terra.

E, contudo, quem tem acesso a tais concursos são apenas os grandes agrários ou pessoas que nada têm a ver com a terra.

É necessário e urgente um amplo esclarecimento e apelo à opinião pública para defender a Reforma Agrária como forma de defender a agricultura e de melhorar as condições de vida e de trabalho das populações e a própria economia nacional.

ANÁLISE DE MEDIDAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO

MEDIDAS DO GOVERNO

● Política de crédito

CRÍTICA

As principais medidas da política de crédito anunciadas pelo Governo em Abril passado são: elevação da taxa de juro das operações activas de, pelo menos, 2 pontos que assim passam a variar, conforme o prazo, entre 23% e 26%; a manutenção das sobretaxas; a elevação das taxas de juro abonadas aos depósitos a prazo, que passam a variar entre 11% e 23%; a elevação das taxas de juro a abonar aos depósitos de poupança que passam a variar entre 23% e 24%; a elevação de 18% para 19% da taxa básica de desconto do Banco de Portugal e das taxas de redesconto para 19%, 21,5% e 24%. Foi ainda decidido elevar os montantes médios da disponibilidade de caixa dos bancos comerciais; alterar as operações de crédito à agricultura, silvicultura, pecuária e pescas; alterar os financiamentos concedidos a empresas exportadoras, quer nos seus montantes quer nas bonificações e diminuir os prazos concedidos para regularização das operações de exportação.

Paralelamente, o Governo anunciou medidas para «incentivar a mobilização de títulos de indemnização» por nacionalizações ou expropriações, para obtenção de recursos junto de instituições de crédito para o «saneamento financeiro de empresas».

● Política fiscal

A nível do imposto complementar, foram elevados os escalões das tabelas das taxas, as deduções por filhos, a dedução a rendimentos de trabalho e as de seguros de vida e outros.

A nível de contribuição industrial, são elevados os limites de remuneração de gerentes considerados custos do exercício, alteradas de 3 para 2 as taxas de contribuição industrial, e modificados critérios sobre custos de actividade de rendimentos da dívida pública.

A nível do imposto de capitais, foi alargado o âmbito da sua aplicação «aos adiantamentos por conta de lucros, a abertura de créditos pelas sociedades, aos rendimentos derivados de uso de equipamentos».

Quanto ao imposto profissional foi actualizado o limite mínimo de isenção para 160 contos e alargado o prazo para os contribuintes pedirem revisão da matéria colectável.

No que respeita à «política de crédito» as medidas tomadas, além do encarecimento do crédito e de maiores limites aos «plafonds» dos bancos comerciais, pretendem penalizar mais fortemente o crédito ao capital circulante (matérias-primas, produtos intermédios, etc) pretensamente a favor do capital fixo (equipamento, instalações, etc.).

Na agricultura isto é ainda mais acentuado porque nas operações de crédito de campanha (até 1 ano) as taxas mínimas passam de 12,5% para 18,5% (48% de aumento).

Sobre as medidas tomadas quanto às facilidades, agora menores, de crédito automático aos exportadores elas são positivas e visam obrigar as empresas a uma maior prontidão na entrada de divisas correspondentes às vendas efectuadas no exterior.

As medidas previstas para mobilização de indemnizações abrem a possibilidade de as «empresas em situação financeira difícil» substituírem créditos da banca por capital próprio (não há pois entrada de «dinheiro fresco»), o que corresponde apenas à troca pelo banco dos títulos de empréstimo às empresas pelos títulos de indemnizações.

Em relação à «política fiscal» as medidas anunciadas inserem-se nas decisões tomadas pela Assembleia da República quando aprovou o Orçamento Geral do Estado para 1982.

Como aspecto mais positivo é a elevação do limite de isenção do imposto profissional, prevendo já a hipótese de actualização do salário mínimo nacional. A actualização dos escalões de rendimento do I. Complementar também é positiva mas no IP só o primeiro escalão foi actualizado o que é discriminatório.

Acentua-se a distorção entre os impostos sobre o trabalho e os impostos sobre os lucros. É negativa a diminuição de escalões da contribuição industrial que tem agora duas taxas fixas (enquanto por exemplo o imposto profissional é altamente progressivo).



MEDIDAS DO GOVERNO

● Política de preços

O aumento do preço do pão anunciado a 23.4.82 foi justificado pela necessidade de diminuir os subsídios concedidos através do Fundo de Abastecimentos. O ministro anunciou também a completa liberalização de uma série de produtos (nomeadamente produtos intermédios e matérias-primas para a indústria).

Paralelamente vai ser retomada a possibilidade de controlar os preços numa série de produtos que antes faziam parte do cabaz de compras e que o Governo de lá retirara (frango, ovos, fiambres, salsichas, óleos, etc.), quando acabou com a cabaz de compras e vai ser alargado o acompanhamento da formação de preços de outros produtos não alimentares.

CRÍTICA

A filosofia do Governo de completa liberalização dos preços e de desmantelamento do cabaz de compras que a CGTP-IN denunciou, teve como resultado a aceleração do aumento do Índice de Preços no Consumidor, que está a atingir, em média anual, níveis próximos dos 30%, quase o dobro do que o Governo previra (17%).

A «nova» orientação do Governo caracteriza-se por alargar ainda mais o processo de liberalização de preços excluindo do regime de preços declarados um conjunto de bens e serviços, nomeadamente produtos intermédios e matérias-primas da indústria o que se irá reflectir no acentuar das tendências inflacionistas, ao mesmo tempo que vai tentar intervir mais nos preços de bens e serviços que estão incluídos na lista do Índice de Preços no Consumidor, de forma a tentar que este índice não apareça com uma evolução tão negativa.

Refira-se que a lista de produtos incluída no IPC data de 1973/74 e encontra-se muito desactualizada, quer nos produtos incluídos, quer no seu peso relativo e que os representantes do movimento sindical que já estavam afastados do processo de construção do IPC se viram agora afastados da discussão mensal que se costumava realizar no INE antes do Índice ser publicado, fazendo, naturalmente, crescer as suspeitas sobre os resultados divulgados.

● Outras medidas

A possibilidade de reavaliação dos activos das empresas vem sendo sucessivamente prolongada desde 1977 e o Governo decidiu autorizar essa possibilidade mesmo nas empresas que já a usufruíram.

Tomaram-se medidas para «dinamizar» o mercado de títulos, pretendendo-se reforçar o papel da Bolsa, nomeadamente em relação às acções.

Anunciou-se a criação do Instituto de Gestão Financeira das Empresas Públicas com a atribuição de «colaborar na definição e implementação de uma política de gestão orçamental das EP's» e «colaborar na designação e implementação de uma política de gestão financeira consolidada do sector empresarial do Estado».

As consequências da manutenção e alargamento das possibilidades de reavaliação dos activos vai contribuir para a subida mais acentuada dos preços de produtos dessas empresas, para um não aumento de receitas fiscais a que o Estado teria direito e por uma maior capacidade de autofinanciamento.

Quanto ao Instituto de Gestão Financeira das Empresas Públicas (parece que estamos agora na moda dos Institutos) poderia ter consequências positivas se enquadrado numa correcta política face ao sector nacionalizado.

MEDIDAS DE EMERGENCIA PARA A DEFESA DO NIVEL DE VIDA

(ACTUALIZAÇÃO DO CADERNO REIVINDICATIVO DA CGTP—IN)

A actualização do Caderno Reivindicativo da CGTP-IN foi aprovada pelo plenário de 17 de Abril com um conjunto de medidas de emergência para a defesa do nível de vida e assenta no estudo e na análise da realidade económica e social do país, a partir de dados e números concretos que todos os interessados poderão consultar mais em pormenor na brochura editada pela CGTP-IN.

O que a seguir transcrevemos é um resumo das medidas preconizadas pelo movimento sindical unitário, precedido duma breve informação sobre a situação económica, financeira e social do nosso país.

AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO PAÍS

A evolução da economia portuguesa em 1981 e nos primeiros meses de 1982 caracteriza-se no essencial por:

— agravamento brutal do desemprego (em vez dos 80 000 novos postos de trabalho metidos pelo Governo, teremos mais 60 000 desempregados);

— aceleração da subida de preços (em vez dos 16% previstos pelo Governo, considerado objectivo prioritário, tivemos uma subida de 25% de Janeiro a Dezembro, que continua em 1982);

— aumento espectacular da dívida externa (só em 2 anos de Governo AD a dívida externa duplicou — segundo números oficiais passou de 328 em 1979 para 653 milhões de contos no final de 1981, tendo já ultrapassado os 700 milhões);

— agravamento do défice da balança de transacções correntes (em vez dos 1 300 milhões de dólares de défice previstos para 1981 as estimativas apontam agora para valores que são o **dobro** da-

quele e que correspondem já a 12% do Produto Interno Bruto);

— desaceleração da produção nacional (em vez do crescimento de 4,8% das Grandes Opções do Plano para 1981, temos uma taxa de 1,2% a 1,5% segundo estimativas elaboradas em Outubro passado pela CGTP-IN).

A política económica do Governo caracterizou-se também por uma série de medidas favoráveis ao grande patronato, entre as quais se destacam as relativas ao pagamento de mais de 100 milhões de contos aos grandes accionistas de antes do 25 de Abril, enquanto agrava as condições de funcionamento do sector nacionalizado e prossegue as tentativas de destruição da reforma agrária.

A política económica do Governo arrastou Portugal para uma situação de enorme gravidade no plano financeiro, verificando-se hoje que a dívida externa ultrapassa mais de metade da produção nacional dum ano, que uma parte importante, mais de um terço, é a curto prazo o que, a prosseguir, poderá conduzir-nos a ter, no final deste ano uma dívida externa correspondente a 900 milhões de contos.



AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO SOCIAL

A nível social as consequências da política do Governo caracterizam-se pelo forte agravamento das condições de vida dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas, das camadas mais desfavorecidas da população.

Os aumentos de preços que se têm processado sem interrupções e que elevaram a taxa mensal para mais de 2%, o agravamento do desemprego, em particular dos jovens e das mulheres, o aumento da repressão patronal, a completa irresponsabilidade e o demissionismo do Estado face aos problemas da habitação, sector que se encontra em rápido decréscimo de actividade, a política de saúde, atentatória dos direitos mais elementares dos cidadãos, a criação deliberada de condições para degradar ainda mais a qualidade do ensino e reforçar o seu carácter de classe, a não aplicação da lei das finanças locais impedindo muitas autarquias de executarem as obras necessárias à melhoria do nível de vida das populações, são realidades do dia-a-dia que demonstraram os verdadeiros objectivos da política do Governo.

POR UMA NOVA POLÍTICA

A deterioração da situação financeira do país provocada pela política económica restritiva do Governo, tem-lhe servido de pretexto para adiar ou recusar a satisfação de legítimas reivindicações dos trabalhadores no activo e na reforma.

A CGTP-IN tem apresentado alternativas concretas e justificadas às medidas do Governo, demonstrando que é a actuação reaccionária e favorável ao grande capital o principal factor de agravamento da situação económica e social e exigindo, como a principal e mais imediata medida de emergência a demissão do Governo.

No último ano a CGTP-IN apresentou no Conselho Nacional do Plano uma alternativa ao Plano 1981-84, cujo objectivo era provocar um grande debate sobre os problemas do desemprego, da repartição de rendimentos e do sector público e demonstrar que era viável uma nova política, virada para a satisfação das necessidades essenciais da população.

Só com uma política económica virada para o desenvolvimento se poderia resolver os problemas que o país atravessa e melhorar o nível de vida das camadas mais desfavorecidas.

A defesa do projecto constitucional que, no essencial, corresponde aos interesses de classe dos trabalhadores; a dinamização do sector nacionalizado que pode e deve ser a alavanca essencial para promover o desenvolvimento; a defesa da Reforma Agrária e a correcção urgente das ilegalidades cometidas, sector prioritário para assegurar uma maior independência alimentar do país são factores de primeiro plano para caracterizar a nova política.

A nível sectorial, impõe-se também a promoção de programas públicos virados para a criação de

empregos e satisfação das necessidades mais insistentes da população — na construção de habitações, alargamento e melhoria da rede escolar, acesso a garantia do direito à saúde, melhoria dos transportes e da acessibilidade.

A nível regional impõe-se o cumprimento das normas constitucionais e da legislação existentes, nomeadamente das finanças locais de forma a assegurar uma mais racional e útil afectação de recursos e o efectivo progresso das regiões mais desfavorecidas, contribuindo para um correcto desenvolvimento regional.

MEDIDAS DE EMERGÊNCIA

1. Actualização dos Salários Mínimos

Desde a última actualização do salário mínimo nacional e dos salários mínimos para o trabalho rural e para o trabalho doméstico, em Outubro de 1981, acentuou-se a deterioração do poder de compra por efeito do brutal aumento de preços.

Na situação actual da economia portuguesa, com a baixíssima utilização das capacidades produtivas instaladas que se verifica (cerca de 75%), com os sucessivos adiamentos dos grandes projectos de investimento do sector nacionalizado, com as reservas de produtividade existentes (apenas 30% dos estabelecimentos indicam não poder produzir mais), com a capacidade de resposta aos estímulos do lado da procura pois, se o poder de compra aumentasse, a produção poderia ser substancialmente mais elevada, o aumento dos salários mínimos, e dos salários em geral, é uma medida que se impõe urgentemente. Em 1 de Abril, o salário mínimo nacional já não valia os 10 700\$00 decretados em Outubro mas sim 9 400\$00, ou seja em 6 meses baixou 1 300\$00:

A CGTP-IN defende que a actualização dos salários mínimos deve verificar-se no próximo mês de Junho de forma a evitar um agravamento ainda maior desta situação.

Os novos valores reivindicados são: para o salário mínimo nacional 12 700\$00, para o salário mínimo do trabalho rural 11 000\$00 e para o salário mínimo do trabalho doméstico 8 800\$00.

QUADRO — Resumo Salários Mínimos

	Valores Actuais	Em % do SMN	Valores Reivind.	Em % do SMN	Aumento em %	Aumento em valor
Salário mínimo nacional	10 700\$	100	12 700\$	119,6	18,7	2 000\$
Salário mínimo trabalho rural	8 950\$	84	11 000\$	87	22,9	2 050\$
Salário mínimo doméstico	6 800\$	64	8 800\$	69	29,4	2 000\$

Data de entrada em vigor: 1 de Junho de 1982

2. Actualização das pensões e reformas

Os níveis actuais das pensões do regime geral, do regime rural e da pensão social são manifestamente insuficientes face ao custo de vida, em particular da alimentação e bebidas, que, no último ano aumentou mais de 30%.

Existem Convenções e Recomendações da OIT que defendem a relação entre o nível das pensões com o nível dos salários de trabalhadores no activo, mas em Portugal essa relação tem-se vindo a agravar de ano para ano, sendo hoje a pensão mínima do regime geral apenas 42% do salário mínimo e a pensão do regime rural apenas 23% do salário mínimo para o trabalho rural:

A Recomendação 131 de Junho de 1967 da OIT preconiza que estas percentagens correspondam a 55% dos respectivos salários médios, ou a 60% no caso de pensões por invalidez.

A CGTP-IN reivindica que simultaneamente à actualização dos salários mínimos em Junho deste

ano as pensões mínimas sejam também actualizadas passando a corresponder à percentagem preconizada pela OIT.

A adequação do valor das pensões mínimas não pode vir a processar-se da forma escandalosa como o IGFSS e o Governo estão a preparar. Os valores que eles prevêem, apenas, para Dezembro de 1982:

Regime geral (valor médio)	6 865\$00
Rurais (regime regulamentar)	3 500\$00
(regime transitório)	3 265\$00
Pensão social	3 265\$00

Estas previsões correspondem a aumentos da ordem dos 16% de Dezembro de 1981 a Dezembro de 1982, quando o custo de vida, no mesmo período irá aumentar, no mínimo, 26%. Isto significaria que as pensões baixariam em termos reais cerca de 7,5%!

A CGTP-IN reivindica que a partir de 1 de Junho de 1982, data da actualização dos salários mínimos, sejam actualizados os valores das pensões, como preconiza a Convenção n.º 128 da OIT.

QUADRO – Resumo/Pensões

	Valores actuais	Em % do salário mínimo	Valores reivindicados pela CGTP	Em % do salário mínimo	Aumento em %	Aumento em valor
Pensão mínima regime geral	4 500\$00	42%	7 000\$00	55%	56%	2 500\$00
Aumento mínimo pensões sup.	-	-	2 500\$00	-	-	2 500\$00
Pensão mínima regime rural	2 900\$00	32%	6 000\$00	55%	207%	3 100\$00
Pensão social	2 800\$00	26% (†)	6 000\$00	47% (†)	214%	3 200\$00

Data da entrada em vigor: 1 de Junho de 1982

(†) Esta percentagem da pensão social é relativa ao Salário Mínimo Nacional correspondente.

3 Melhoria de outras prestações sociais

● Abono de família e prestações complementares

Os valores do abono de família e restantes prestações familiares encontram-se desadequados face aos objectivos (necessidades) que deveriam satisfazer.

Com efeito, o valor do subsídio de funeral é ridículo face ao custo normal dos funerais, o montante do abono complementar a crianças e jovens deficientes, para os quais é praticamente inexistente uma rede oficial de equipamento, sendo proibidos os preços das estruturas privadas com fins lucrativos, é absolutamente irrelevante; o Abono de Família só terá algum significado em famílias muito numerosas e pouco contribui no caso de 80% dos utentes do abono, que têm 1 ou 2 filhos. Também nos subsídios de aleitação, casamento e nascimento impõe-se uma melhoria efectiva.

A convenção n.º 102 da OIT determina que as

despesas com prestações familiares devam representar, pelo menos, 3% do salário do trabalhador adulto não qualificado, multiplicado pelo número de crianças abrangidas. Em Portugal aquelas despesas ascenderam apenas a 2,5% da massa salarial sujeita a descontos (dados de 1979).

● Suplemento de grande inválido e abono complementar a menores deficientes

Sendo o suplemento de grande inválido atribuído aos pensionistas que necessitam de assistência permanente de outra pessoa, considerou-se que o seu valor não deveria ser inferior a metade do salário mínimo dos trabalhadores do serviço doméstico, a fim de possibilitar o pagamento (total ou pelo menos, parcial) do serviço prestado (auxílio que lhes é indispensável).

O mesmo princípio deve presidir, aliás, à fixação do abono complementar a menores deficientes, não se justificando as actuais discriminações.



● Complemento de cônjuge a cargo

Nas recomendações internacionais, incluindo a Recomendação de Filadélfia, é preconizado que o complemento por cônjuge a cargo não deva ser inferior a 15% do salário mínimo.

Em 1974 o valor que se encontrava consagrado correspondia a 20% do valor da pensão do trabalhador.

A CGTP-IN tem defendido que este complemento corresponda, pelo menos, a 10% do salário mínimo, reivindicação que consta dos anteriores Cadernos Reivindicativos e que mantém plena actualidade.

QUADRO-Resumo

Abono de família e outras prestações sociais

	Valor actual	Valor reivindicado
Abono de família	350000	700000
Subsidio de aleitação	900000	1 200000
Subsidio de casamento	4 000000	7 000000
Subsidio de nascimento	4 500000	13 000000
Subsidio de funeral	5 000000	21 000000
Supl. grande inválido	2 500000	4 400000
Compl. cônjuge a cargo	1 000000	1 270000
Abono compl. a men. deficientes	1 800000	4 400000

● Pensões devidas por acidentes de trabalho e doenças profissionais

Impõe-se, de imediato, que sejam tomadas as seguintes medidas:

- estabelecimento duma pensão mínima, para todos os casos existentes, definida em função do grau de desvalorização e do salário mínimo;
- actualização das pensões superiores à mínima, tendo em conta a variação do custo de vida;
- cálculo baseado no salário efectivo de indemnização devida em caso de incapacidade temporária resultante de acidente de trabalho ou doença profissional, não podendo o valor da mesma ser inferior ao salário mínimo.

● Subsídio de desemprego

Revisão do âmbito e condições de atribuição do subsídio de desemprego, de forma a contemplar um maior número de desempregados e a assegurar uma protecção efectiva. No imediato, deveria ser assegurado que o subsídio, no prolongamento da sua atribuição, previsto no Despacho Normativo n.º 368/79 de 23.11, não seja inferior a 60% do salário mínimo e os respectivos montantes deverão também ser actualizados a 1 de Junho, na sequência da actualização do salário mínimo nacional.

QUADRO RESUMO SUBSÍDIOS DE DESEMPREGO

	Valor Actual	% do SMN	Valor reivindicado	Aumento em %
Com 6 ou + pessoas a cargo	10 700000	100	12 700000	18,7
Com 3 a 5 pessoas a cargo	9 630000	90	11 430000	18,7
Com 1 a 2 pessoas a cargo	8 560000	80	10 160000	18,7
Sem pessoas a cargo	7 490000	70	8 890000	18,7
Mínimo absoluto e candidatos ao 1.º Emprego	6 420000	60	7 620000	18,7

Avaliação do acréscimo de despesas e forma de assegurar o seu financiamento

Pelas estimativas efectuadas pela CGTP-IN, o total de acréscimos de encargos decorrentes destas reivindicações atinge cerca de 50 milhões de contos para o ano de 1982.

A CGTP-IN tem defendido e tem provado que existe capacidade financeira para que esses encargos sejam cobertos desde que o Estado assumia plenamente as suas obrigações, termine com a política de desviar receitas da Previdência para fins que são da responsabilidade exclusiva do Estado e assegure os mecanismos mais eficazes de recuperar as dívidas do patronato à Previdência.

Estas dívidas, por si só, ultrapassam os 30 milhões de contos e em 1981 continuaram a crescer, apesar das declarações em contrário do Governo.

Por outro lado, o valor das contribuições dos trabalhadores para a sua Previdência tem continuado a ser, cada vez mais intensamente, utilizado para financiar despesas que não lhe competem (acção social, regime não contributivo, défice dos regimes reduzidamente contributivos e funcionamento dos órgãos centrais do sistema) num montante global que ultrapassa os 45 milhões de contos.

É possível e é necessário dar satisfação às justas reivindicações dos reformados e pensionistas, dos trabalhadores em geral desde que uma correcta política financeira seja assegurada para o que se impõe também assegurar a plena participação, nos termos constitucionais, dos legítimos representantes dos trabalhadores no sistema de segurança social.



ASSINE
A
ALIANÇA
10 números 280\$00

Defesa e garantia dos direitos dos trabalhadores

• Inspeção de trabalho

Os mecanismos de tutela e defesa dos direitos dos trabalhadores encontram-se, efectivamente, desautorizados e desprestigiados.

Os trabalhadores portugueses olham para os Tribunais com grande desconfiança e descrença e para a Inspeção de Trabalho com um verdadeiro inimigo.

Dai que a CGTP-IN entenda que se deve promover um debate nacional sobre a Inspeção de Trabalho, seus fins e sua actividade e, bem assim, exigir dos **Órgãos de Soberania que determinem a realização de um inquérito público à actuação deste serviço estadual para verificar e provar a incompatibilidade da sua acção com as normas nacionais e internacionais por que se rege e determinar e apurar todos os casos de corrupção económica e ideológica dos funcionários, Agentes e Inspectores tanto mais que estando generalizado a ideia da sua existência há que, de uma vez por todas, separar os homens dignos dos corruptos.**

• Tribunais de Trabalho

Aos tribunais com competência para julgar as questões de trabalho exige-se grande prontidão na administração da justiça.

A realidade é bem diferente e têm sido, estes Órgãos de Soberania, as alavancas ideais da impunidade do patronato.

A lentidão da marcha dos processos, a burocratização do seu funcionamento, a desadaptação de alguns dos seus juizes às correntes legais e doutrinais surgidas depois do 25 de Abril, a corrupção de alguns funcionários, a inadequação das instalações ao fim a que se propõem, a falta de instalação dos nossos Tribunais de Trabalho, o não provimento das vagas de funcionários e magistrados, tudo tem servido para conferir a maior ineficácia à administração da justiça laboral.

A AD e o patronato têm-se servido do Governo para manter a situação caótica destes Tribunais e, assim, assegurar a tranquilidade dos violadores da Lei.

• Democratização da justiça laboral

Há que exigir a adopção de medidas urgentes e de emergência, como via para a dignificação destes Órgãos de Soberania, para a tutela dos direitos dos trabalhadores, para a democratização da própria justiça laboral:

Assim, impõe-se como reivindicações imediatas:

1. Caracterização como crimes de certas infracções às normas de direito de trabalho, especialmente a violação às regras de higiene e segurança no trabalho, o não pagamento intencional do salário, a violação do direito a férias e de certos direitos sindicais e da Lei da Greve.
2. A criação de um Serviço de Registo das Infracções Cíveis e Penais aos direitos dos trabalhadores, que para cada processo judicial forneceria o cadastro da empresa e determinaria o grau de frequência, acumulação e tipo de infracções.
3. Actualização das multas e, em geral, agravamento das penas por infracção às normas laborais.
4. Instalação imediata dos novos Tribunais de Trabalho (Loures, Odivelas, Vila Franca de Xira) bem como dotar todos os tribunais de equipamento e instalações condignas.
5. Preenchimento imediato dos lugares vagos de funcionários judiciais, magistrados judiciais e do Ministério Público.
6. Formação profissional dos funcionários judiciais e actualização científica dos magistrados através de cursos ministrados pelo Centro de Estudos Judiciários.
7. Reforma substancial do Código de Processo de Trabalho com vista a adequá-lo à natureza do direito de trabalho.
8. Aprofundamento e diversificação da competência dos juizes sociais, garantido o julgamento da matéria de facto por estes juizes em todas as formas e espécies de processos.
9. Alargamento para cinco anos dos prazos de prescrição de créditos e caducidade da acção sempre que, simultaneamente, o incumprimento integre uma transgressão ou crime e para 2 anos sempre que o direito do trabalhador seja exclusivamente creditício.

O FRACASSO DOS GOVERNOS DE DIREITA EM PORTUGAL

EUGÉNIO ROSA

PEDIDOS A:

Edições 1 de Outubro – R. Victor Cordon, n.º 1-2.º – 1200 Lisboa



Relatório de Actividades
da CGTP em 1981

NA SITUAÇÃO MAIS GRAVE DEPOIS DO 25 DE ABRIL 1981 REGISTOU A MAIOR AMPLITUDE DE LUTAS SOCIAIS

O Relatório de Actividades de 1981 da CGTP-IN foi apresentado e aprovado no Plenário de 17 de Abril do ano corrente. Nele, o Secretariado Nacional faz o balanço dos principais aspectos da política governamental e da luta dos trabalhadores e do movimento sindical sobre os salários e a contratação colectiva, o desemprego, a segurança social e a saúde, os direitos e liberdades dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a CGTP-IN dá conta das suas múltiplas iniciativas nos campos da actividade internacional, da organização e formação sindicais, da ocupação dos tempos livres, do desporto e da cultura, etc.

Aspecto saliente do ano de 1981 é o de que, apesar de o país se encontrar **na situação económica e financeira mais grave depois do 25 de Abril**, como refere o Relatório, aquele ano **registou a maior amplitude de lutas sociais depois do 25 de Abril**.

Assim, a persistente luta dos trabalhadores, o reforço e a vitalidade do Movimento Sindical Unitário impediram que as consequências da política ruinosa dos governos AD fossem ainda mais longe. Demonstram-no os assinaláveis êxitos e vitórias conseguidos nos domínios salarial e da contratação, da segurança no emprego, dos direitos e liberdades dos trabalhadores nos sindicatos e nas empresas — como se concluirá da leitura do Relatório da CGTP-IN, do qual passamos a resumir os pontos fundamentais.

1. SITUAÇÃO GERAL: A MAIS GRAVE DEPOIS DO 25 DE ABRIL

No ano de 1981 ficou mais uma vez demonstrado que, com a direita a governar, o futuro dos portugueses e do país está cada dia mais comprometido.

A política seguida pelos governos Balsemão I e Balsemão II conduziu a que o país se encontre na situação económica e financeira mais grave depois do 25 de Abril, com os inevitáveis reflexos no campo social.

Assim, o aumento dos preços atingiu novamente níveis insuportáveis para a esmagadora maioria da população (25%); o ritmo de crescimento económico (1,6% em 1981) baixou drasticamente. A taxa

oficial de desemprego (8,8%) atingiu o seu valor mais elevado após o 25 de Abril; o défice do OGE (144 milhões de contos em 1981), da Balança Comercial (300 milhões de contos) e da Balança de Transacções Correntes (130 milhões de contos em 1981) atingiram valores verdadeiramente inoportáveis; o endividamento do Estado (730 milhões de contos) e do país ao Estrangeiro (mais de 558 milhões de contos em Julho de 1981) põem em causa a própria independência nacional.

Também os ataques às nacionalizações e à reforma agrária reafirmaram o carácter anticonstitucional



A política seguida pelos Governos Balsemão I e Balsemão II conduziu a que o País se encontre na situação económica e financeira mais grave depois do 25 de Abril.

cional da AD e os seus propósitos de transferir o poder económico para o grande capital.

Esta situação tem sido escamoteada ao Povo.

Com efeito, ao nível da informação estatizada, assistiu-se à mais grave e antidemocrática ofensiva

contra os mais elementares princípios da independência e pluralismo da informação, verificando-se hoje que estes órgãos têm um comportamento inconstitucional e fora da lei que prejudicam objectivamente as forças progressistas e, em particular, os trabalhadores e o seu movimento sindical.

2. POLÍTICA SALARIAL E CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Os principais objectivos para 1981

No final de 1980, foram definidas as principais linhas de orientação para 1981, em matéria de contratação colectiva e política salarial:

- a recuperação e melhoria do poder de compra;
- a vigência efectiva de 12 meses da matéria salarial das convenções;
- a aplicação efectiva das convenções a todas as empresas e a todos os trabalhadores.

Realização de objectivos: Aumentos salariais médios de 24% Redução da vigência dos contratos

O Governo procurou aplicar em 1981 uma política clara de degradação do poder de compra da população trabalhadora. Os principais meios utilizados foram:

- Tentativa de imposição de um tecto salarial de 16%
- Tentativa de congelamento das convenções de empresas públicas, onde foram acordados aumentos salariais superiores àquele limite.

Como alertou a CGTP-IN, esta política, a ter êxito, significaria uma brutal redução do poder de

compra dos trabalhadores e uma nova quebra da parte do trabalho no rendimento nacional.

As lutas desenvolvidas, com relevo para as que se verificaram nas empresas públicas, impediram a concretização desta política. Os aumentos salariais acordados em 1981 foram, em média, de 24% ou seja 8% acima do limite dos 16%!

Uma das reivindicações do MSU é o da revisão aos 12 meses da matéria salarial das convenções. Em 1981, verificou-se ainda o desfazamento entre a vigência legal (12 meses) e a vigência efectiva, esta ligeiramente superior a 15 meses. **Mas, a tendência é para a redução da vigência efectiva. Basta recordar que esta passou de 21,7 meses em 1979, para 18,8 meses em 1980 e 15,4 meses em 1981.**

O MSU defendeu com êxito o objectivo de rever aos 12 meses as tabelas salariais e as chamadas cláusulas de expressão pecuniária. **Foi assim contrariada a política do Governo e patronato de apenas rever estas cláusulas de dois em dois anos.**

As principais medidas defendidas pelo MSU foram: a redução das «áreas» não cobertas pelas convenções (zonas brancas); a valorização dos salários contratuais, ou seja a redução dos desvios entre salários efectivos e salários mínimos; a aplicação das convenções a todos os trabalhadores do



As lutas desenvolvidas, com relevo para as que se verificaram nas empresas públicas, fizeram com que os aumentos salariais acordados em 1981 fossem, em média, de 24% ou seja 8% acima do limite dos 16%!

Só no primeiro semestre de 1981, verificaram-se 40 conflitos com greve pela contratação colectiva; o número de trabalhadores aderentes foi de 1,3 milhões o número de horas de trabalho «perdidas» superior a 17 milhões.

sector ou empresa, independentemente da qualificação e salário efectivo; a consagração de novos direitos e regalias nas convenções destacando-se a reivindicação da redução da duração do trabalho; a articulação da contratação colectiva com as acções reivindicativas a nível de empresa; a aplicação efectiva do princípio de que da aplicação das convenções devem beneficiar todos os trabalhadores.

Entre os resultados mais significativos a assinalar destacam-se, por um lado, a negociação e publicação em 1981 de convenções colectivas no sector agrícola e, por outro lado, a articulação das reivindicações de empresa com a contratação colectiva, com realce para as empresas do sector metalúrgico e metalomecânico.

Ofensiva do Governo e patronato contra o exercício do direito de contratação colectiva

O ano de 1981 foi assinalado por uma violenta ofensiva do Governo e patronato contra o exercício do direito de contratação colectiva.

O Governo tomou, ele próprio a iniciativa na ofensiva contra os direitos, regalias e interesses dos trabalhadores, consagrados nas convenções. São nítidas algumas linhas básicas de orientação: a sistemática remissão para a lei das matérias reguladas na convenção, com o objectivo de prejudicar as cláusulas mais favoráveis que os mínimos da lei; a eliminação das atribuições das estruturas representativas dos trabalhadores (sindicais e CTs) na fiscalização e cumprimento da convenção e, em geral, na participação democrática dos trabalhadores a nível de empresa; a supressão de regalias. O Governo procurava, por esta via, abrir caminho ao pacote laboral (lei dos despedimentos, em particular).

A nível geral, o Governo e o patronato conjugavam a sua acção com a finalidade manifesta de atribuir o exercício da contratação colectiva exclusivamente a organizações da UGT e desta forma porem em causa direitos e regalias consagrados nas convenções. Daí, entre outras acções, o recurso abusivo a portarias de extensão de convenções subscritas por organizações não representativas, a nível de sector ou de empresa, em particular sempre que estas consagravam regimes menos favoráveis que os constantes das convenções em vigor, como aconteceu no sector têxtil.

A violação clara e reiterada da liberdade sindi-

cal por parte do Governo foi motivo de queixa junto da OIT pela Federação dos Têxteis.

Conflitos colectivos de trabalho: Um forte ascenso de lutas

O ano de 1981 caracterizou-se por um forte ascenso de lutas, quer em número quer em intensidade; pela diversificação das formas de luta, em particular das formas de greve; pela condenação e exteriorização dos conflitos.

Só no primeiro semestre de 1981, verificaram-se 40 conflitos com greve pela contratação colectiva; o número de trabalhadores aderentes foi de 1,3 milhões, o número de horas de trabalho «perdidas» superior a 17 milhões.

Ainda no primeiro semestre, verificaram-se 117 conflitos com greve, no período de Março a Junho; o número de trabalhadores aderentes foi de cerca de 130 mil; o número de horas de trabalho «perdidas» foi de 2,8 milhões.

O aumento do número de lutas foi acompanhado pela sua diversificação: salientam-se, pela sua menor frequência, o corte de estradas e as marchas de trabalhadores em luta. Esta diversificação é particularmente notória a nível de greves realizadas: recurso a formas de luta superiores — rotativas por serviços e regiões, curtas e repetidas, etc.; combinação de vários tipos de luta e greve no âmbito de um mesmo conflito, etc.

Dois outros aspectos qualitativos são ainda de referir: por um lado, uma melhor coordenação dos conflitos; por outro lado, a sua exteriorização, ou seja as acções visando o conhecimento pela opinião pública das suas causas e das reivindicações dos trabalhadores.

Paralelamente, a CGTP-IN lutou vigorosamente para defender as condições de vida das camadas populares mais desfavorecidas.

A par de outras reivindicações sociais a CGTP-IN, através de resoluções dos seus Plena-rios, deliberou exigir dos governos os **aumentos dos salários mínimos nacionais e das pensões sociais**, sempre com o intuito de fazer prevalecer o princípio da actualização anual e da fixação de valores, no mínimo, correspondentes à elevação do custo de vida



3. DIREITO AO TRABALHO E SEGURANÇA NO EMPREGO

O desemprego aumentou neste ano para mais 60.000 desempregados que no ano anterior prejudicando, de forma particular, a juventude. A utilização abusiva e ilegal dos contratos a prazo generalizou-se em grande número de empresas como forma do patronato violar na prática o direito ao trabalho e à segurança no emprego, constitucionalmente consagrado.

Simultaneamente, o grande patronato organizado na CIP, CCP e CAP procurou, através dos governos AD, desencadear uma grande ofensiva para alterar toda a legislação laboral com vista a maximizar os seus lucros.

Assim, está em curso uma tentativa de aprovar uma lei dos despedimentos que, se fosse aplicada,

transformaria todos os trabalhadores portugueses em contratados a prazo e anularia, na prática, o preceito constitucional do direito ao trabalho e à segurança no emprego.

Neste campo, a CGTP promoveu diversas iniciativas: elaboração de vários estudos sobre o problema do emprego e preparação da Marcha Contra o Desemprego, que viria a ter lugar em Abril de 1982; dois encontros sobre a defesa e dinamização do sector nacionalizado; coordenação de iniciativas sindicais sobre a actividade das multinacionais e participação, em Maio, no seminário internacional «A classe operária e a luta antimonopolista»; apresentação ao Conselho Nacional do Plano, em Fevereiro de 81, dum Estudo Alternativo às Grandes Opções do Plano a Médio Prazo; etc.

O desemprego aumentou em 1981 cerca de 60 000, prejudicando, de forma particular, a juventude. A utilização abusiva e ilegal dos contratos a prazo generalizou-se em grande número de empresas como forma do patronato violar na prática o direito ao trabalho e à segurança no emprego, constitucionalmente consagrado.



4. QUESTÕES SOCIAIS

No campo da saúde e segurança social verificou-se o mais grave retrocesso depois do 25

O Serviço Nacional de Saúde, gratuito e universal, foi completamente subvertido pelos governos AD que, simultaneamente, puseram em prática a política de «quem quer saúde, paga-a». Os escandalosos aumentos dos medicamentos e das taxas dos serviços médicos sociais mostraram claramente a natureza anti-social da política AD.

Pode afirmar-se que, derivado à política do Governo AD, que se caracterizou com um desprezo total pelas classes desfavorecidas e pelo desenvolvimento das estruturas sociais, houve um agravamento a todos os níveis neste sector.

Por exemplo, sendo 1981 o Ano Internacional do Deficiente, foi escandaloso o que se passou. Nada foi realizado pelo Governo português.

Criada uma Comissão Nacional, a nível governamental, onde foram integradas as organizações dos deficientes para o Ano Internacional e onde foram colocadas as reivindicações dos Congressos e Encontros das várias organizações, nada foi respondido, o que levou as várias organizações a

abandonar esta Comissão Nacional.

A CGTP-IN manteve ligações com a APD e CNOD, apoiou várias iniciativas, participou nos seus Congressos, e apoiou assim como melhorou dois projectos de diplomas, importantes para a integração dos deficientes no mundo do trabalho:

- Quotas de emprego para deficientes
- Contrato individual de trabalho para trabalhadores deficientes.

Pensões e Prestações desactualizadas

As pensões foram actualizadas muito abaixo do aumento do custo de vida, assim como as outras prestações, abonos de família, aleitação, subsídios de casamento, funeral, etc., os valores ficaram muito aquém dos reivindicados pela CGTP-IN.

A construção da rede oficial de estruturas sociais, foi completamente abandonada, como seja:



O Serviço Nacional de Saúde, gratuito e universal, foi completamente subvertido pelos Governos AD, que, simultaneamente, puseram em prática a política de «quem quer saúde, paga-a». Os escandalosos aumentos dos medicamentos e das taxas dos serviços médico-sociais mostraram claramente a natureza anti-social da política AD.

creches, infantários, lares para idosos e outras.

Quanto aos regimes especiais de Segurança Social que abrangem camadas bastante grandes da população, como rurais, bordadeiras e outros, continuaram sem serem integrados no regime geral, contrariando-se as reivindicações da CGTP-IN, o que provoca grandes discriminações, no que toca, a pensões, subsídio de doença e de maternidade.

Outra das questões importantes, reivindicadas pela CGTP-IN, é a questão do financiamento da Segurança Social. Os trabalhadores durante 1981 suportaram 143 milhões de contos, quer dizer que pagaram na totalidade a segurança social que tem por fim atingir toda a população e cuja responsabilidade cabe, no essencial, ao Estado.

Participação dos trabalhadores na gestão

Neste campo, a acção da CGTP-IN foi essencialmente virada para as seguintes questões:

- Desmascaramento da política de Governo.
- Participação activa no Instituto de Gestão Financeira que, embora sendo um órgão consultivo, permitia que fosse reconhecida a correcção das nossas posições, quando defendemos que cabe ao Estado financiar os regimes deficitários e os regimes não contributivos e a necessidade de integração daqueles regimes no regime geral.
- Sensibilização das estruturas regionais, ou seja as Uniões, a organizarem-se e a desenvolverem a sua acção nesta frente, criando Departamentos ou nomeando responsáveis, o que foi conseguido em quase todas as Uniões, havendo maior dificuldade na zona interior (Beiras e Trás-os-Montes) e zona sul (Évora, Beja e Portalegre).

Outras actividades

Discutiu-se com as Uniões a organização dos reformados, as ligações com o MURPI e com as organizações dos deficientes. Nalgumas Uniões o trabalho neste campo deu passos importantes: Lisboa, Setúbal e Braga.

Há ainda a destacar um estudo sobre a integração dos rurais no regime geral e outro sobre o absentismo e participação da CGTP-IN na Conferência Internacional de Segurança Social em Berlim, em Outubro.

Higiene e Segurança no trabalho

Só no último semestre de 1981 verificaram-se 70.000 acidentes de trabalho. Como se pode constatar através destes números é necessário que os Sindicatos melhorem a sua actuação para defender e exigir melhores condições de trabalho.

Duas Federações há a destacar no trabalho que desenvolveram: Metalurgia e Química que puseram a funcionar inúmeras Comissões de Higiene.

Foram negociados Regulamentos em importantes empresas, principalmente nacionalizadas.

Outro dos trabalhos importantes que se desenvolveram foi o Projecto de Lei sobre o Seguro Social dos Acidentados de Trabalho e Doenças Profissionais, que se concluiu.

Outro acontecimento de relevo, foi o Encontro dos Mineiros ao qual demos importante contributo. Dele saíram importantes conclusões, como seja o abaixamento da idade de reforma dos mineiros (que foi alcançado, embora não totalmente como desejaríamos) e a exigência da publicação urgente do Regulamento das Minas.

Saúde: Cem mil assinaturas contra as «taxas» e pela aplicação do S.N.S.

A saúde foi uma área onde o Governo atacou bastante. Aumentou pela primeira vez as taxas moderadoras, e pôs em causa a Lei do S.M.S., tentando revogá-la. Teve autorização da A.R. para apresentar uma nova lei, mas o Governo não chegou a usar esta autorização.

Desenvolveu-se um abaixo-assinado onde se recolheram cerca de 100.000 assinaturas contra aquelas medidas e exigindo a aplicação do Serviço Nacional de Saúde.

Houve ligações com a CRARA (sector saúde) a fim de ligar às Uniões o trabalho desenvolvido por vários médicos na Zona do Alentejo, criando Comissões de Base de Saúde.

Os trabalhadores durante 1981 suportaram 143 milhões de contos, quer dizer que pagaram na totalidade a segurança social que tem por fim atingir toda a população e cuja responsabilidade cabe, no essencial, ao Estado.

5. DIREITOS E LIBERDADES DOS TRABALHADORES

Os direitos dos trabalhadores sofreram — e continuam a sofrer — ameaças e violações sistemáticas que se manifestam por via das tentativas desesperadas de alterar a legislação de trabalho quer pela adopção, por parte do patronato e do próprio Governo AD, de medidas repressivas a vários níveis e com métodos diversificados.

O Projecto de Lei sobre Despedimentos e contratos a prazo era o primeiro e um dos mais importantes diplomas que a AD pretendia pôr em prática com o duplo objectivo de permitir despedimentos em massa e a repressão selectiva que se abateria sobre os representantes eleitos dos trabalhadores.

O Governo ameaçou os trabalhadores com a alteração da Lei da Greve, da Lei das Associações Sindicais, das Férias, Feriados e Faltas, em suma, um conjunto de diplomas que, a serem aprovados, colocariam nas mãos do patronato os mecanismos de poder suficientes para tornar mais negra a exploração e as arbitrariedades no interior das empresas.

Só o vigor da CGTP-IN, o espírito de luta dos trabalhadores portugueses, a sua coesão e firmeza perante tais ataques, permitiram que o governo, a AD e o patronato recusassem e metessem na gaveta as suas propostas de subversão da legalidade vigente.

Violência e repressão nas empresas

No âmbito das empresas verificou-se uma escalada de violência, e repressão contra os direitos dos trabalhadores em geral, contra as associações sindicais e contra os Dirigentes, Delegados e Activistas Sindicais, por outro lado.

E assim que a generalização abusiva da contratação a prazo, os despedimentos abusivos sobre Dirigentes, Delegados e Activistas Sindicais, sobre

membros das Comissões de Trabalhadores, as transferências com fins repressivos, a preterição em promoções e em aumentos a todos estes quadros e simpatizantes sindicais, a discriminação em função da filiação sindical, a proibição de toda e qualquer actividade sindical, designadamente, do direito de reunião, de distribuição de propaganda, de intervenção no interior da empresa, em suma, um sem-número de arbitrariedades e ilegalidades, enquadram a estratégia do patronato no sentido de esmagar ou destruir os direitos fundamentais dos trabalhadores e das suas associações de classe.

Para isto, o patronato conta com a impunidade do Governo, com a ineficácia e corrupção da Inspeção do Trabalho e com a morosidade dos Tribunais.

Só que a CGTP-IN, os Sindicatos e os milhares de activistas sindicais têm denodadamente sabido opor-se à repressão e à ilegalidade e têm conseguido, muitas vezes com êxito, opor-se à destruição dos seus direitos.

Neste capítulo, há a destacar algumas importantes iniciativas da CGTP-IN:

— O 2.º Encontro sobre Direito Processual do Trabalho, em Julho, com a participação de 200 juristas;

— Um colóquio, organizado em colaboração com a U.S. de Lisboa e o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, sobre o novo Código de Processo de Trabalho (publicado em 30/9/81), o qual foi condenado como retrógrado e lesivo dos direitos dos trabalhadores;

— Reuniões várias com o ministro da Justiça e com Conselho Superior da Magistratura sobre a investidura e o funcionamento dos Juizes Sociais.



Em 1981, verificou-se ainda o desfasamento entre a vigência legal (12 meses) e a vigência da matéria salarial das convenções efectiva, esta ligeiramente superior a 15 meses. Mas a tendência é para a redução da vigência efectiva. Basta recordar que esta passou de 21,7 meses em 1979, para 18,8 meses em 1980 e 15,4 meses em 1981.

6. ACTIVIDADE INTERNACIONAL

No quadro de uma situação internacional particularmente difícil donde sobressai a grave crise do sistema capitalista e os seus reflexos sobre as condições de vida e de trabalho de milhões de cidadãos, as ameaças à paz, a corrida aos armamentos e a perigosa tensão internacional fomentada pelo imperialismo e mais particularmente pela actual administração Reagan nos EUA, a CGTP-IN tem desenvolvido a sua acção e participação nos esforços a nível internacional tendentes a conjugar a luta por melhores condições de vida e de trabalho para todos os trabalhadores com a defesa da paz, da cooperação e da coexistência pacífica entre todos os povos. Sendo a paz um bem de capital importância para toda a humanidade, justo se torna dar-lhe o devido realce nas nossas actividades. Assim, destaca-se a nossa participação na «Conferência Sindical Mundial sobre os Aspectos Sócio-Económicos do Desarmamento», realizada em Paris e de cujo Comité Preparatório a CGTP-IN fez parte.

São de referir ainda pela sua importância política sindical: a participação da CGTP-IN na 4.ª Confe-

rência das centrais sindicais europeias que decorreu em Genebra; a Semana Anti-Apartheid realizada em Lisboa pela CGTP-IN em colaboração com a SACTU que, para o efeito, deslocou ao nosso país uma delegação chefiada pelo seu Secretário-Geral; a nossa participação no Congresso da CMT e no I Encontro Nacional da Classe Trabalhadora do Brasil (CONCLAT); a visita à CISA e à FENASOL do Líbano; e o lançamento por ocasião do 1.º de Maio de 1981 de uma campanha de solidariedade com os Povos em luta, que fez deslocar a Portugal representantes dos Movimentos Sindicais de El Salvador, Nicarágua, Uruguai, África do Sul, Namíbia, Palestina, Angola e Chile.

Durante o ano transacto a CGTP-IN continuou a participar activamente na acção sindical a nível da Europa e a desenvolver esforços no sentido de ver aprovado o seu pedido de filiação na CES. Este objectivo não viria a ser alcançado uma vez que a CES, numa decisão devesa polémica, cederia a pressões de natureza extra-sindical, e consideraria que não estavam reunidas as condições para a nossa adesão.

7. ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Reestruturação Sindical

Durante o ano de 81 e dando seguimento às orientações da 1.ª Conferência Nacional de Organização Sindical, realizada em Fevereiro de 79 e às resoluções aprovadas no III Congresso da CGTP-IN em Março de 80, levou-se a efeito um grande trabalho no campo da reestruturação sindical, concretizando assim, muitos processos de verticalização, integração de Sindicatos noutros, fusões em vários sectores de actividade, como por exemplo, Comércio, Rodoviários, Metalúrgicos, Hotelaria, Bebidas, Celulose, Gráfica e Imprensa, Construção Civil e Madeiras, abrangendo na sua totalidade 43 Sindicatos, os quais se extinguíram por fusão dando origem a 16 novos Sindicatos, que por sua vez constituíram várias delegações sindicais na nova área a abranger. A diferença existente de 8 Sindicatos é referente a 2 Sindicatos que recentemente foram constituídos e de 6 que estão em processo de extinção, reestruturação ou integração.

Também, no campo da reestruturação sindical, se modificaram ou iniciaram processos de modificação das estruturas cerca de 50 Sindicatos, alterando os seus estatutos, criando novas estruturas e novos órgãos como por exemplo, no sector das Indústrias de Conservas, no sector Têxtil e no sector da Construção Civil do Minho.

Organização Sindical de Empresa

Também, de acordo com o desenvolvimento e concretização do Plano Integrado da CGTP-IN, foi levada a cabo a tarefa de esclarecimento e sensibilização das direcções dos Sindicatos para a constituição de estruturas nas empresas (secções sindicais e os seus consequentes órgãos coordenadores, as comissões intersindicais), levando mesmo o departamento de organização da Central a intervir directamente apoiando os Sindicatos e as estruturas intermédias na constituição daquelas estruturas nas empresas, como aconteceu por exemplo, na Lisnave e na Mague.

Reestruturação Administrativa e Financeira

Teve lugar em 26 de Junho o Encontro sobre Reestruturação Administrativa e Financeira do MSU.

Tal Encontro teve como principal fundamento a necessidade de implementar uma adequada gestão administrativa e financeira baseada em critérios compatíveis com a origem e volume das receitas





sindicais e com a função social a que tais receitas se destinam os principais debates foram:

- Utilização racional dos meios de comunicação (telefone, telex e correios);
- Funcionamento do contencioso e pré-contencioso;
- Informação e Propaganda;
- Departamentos Autónomos;
- Gestão Centralizada e Normalização Contabilística;
- Política de Pessoal;
- Plano Integrado.

A evolução nas estruturas intermédias do M.S.U.

No campo da organização no reforço da estrutura intermédia da CGTP-IN, realizaram-se encontros, conferências, plenários e congressos onde foram discutidos e aprovados novos estatutos, novos programas de acção eleitos novos estatutos em várias uniões e Federações de Sindicatos.

Existem como estruturas intermédias da CGTP-IN, 20 Uniões distritais e 17 Federações das 23 existentes, sendo 1 independente, 1 que participa nas iniciativas da CGTP-IN, e 4 que são filiadas ou colaboram com os divisionistas «da UGT», existem ainda 20 Uniões locais e várias estruturas que funcionam como delegações conjuntas de Sindicatos, 4 nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, 6 no Algarve, 1 em Castelo Branco e 1 em Viana do Castelo.

8. FORMAÇÃO SINDICAL

Em 1981 foram realizados quinze cursos, descentralizados a treze distritos do Continente e à Madeira. Aqueles cursos registaram uma frequência de 277 dirigentes e delegados sindicais.

Em colaboração com Escolas de Geradores de Centrais Sindicais de outros países, realizaram-se um estágio de preparação de monitores com a duração de 15 dias na Hungria e um

Eleições Sindicais

Realizaram-se, durante o ano de 81, eleições em 85 Sindicatos que representavam 850.334 trabalhadores.

Concorreram 119 listas, das quais 74 identificadas com a CGTP-IN, 21 próximas do Movimento Sindical Unitário, 6 como independentes, 12 próximas ou filiadas na «UGT».

As listas identificadas com os princípios da CGTP-IN ganharam em 57 Sindicatos, as identificadas com o MSU em 15 Sindicatos, as chamadas independentes em 6 e as identificadas ou próximas da chamada UGT em 7 Sindicatos.

Iniciativas

Realizaram-se várias iniciativas de grande relevo pelo papel que tiveram para o reforço da unidade dos trabalhadores e do seu movimento sindical, tais como: o Congresso dos Professores, I Conferência da Juventude Trabalhadora, as Comemorações do 28 de Março e a realização da Semana da Juventude, os Encontros de Jovens de Setúbal, Porto, Vila Real, Évora, Viseu e nas Minas da Panasqueira, as comemorações do Dia Internacional da Mulher, os Encontros de Mulheres de Setúbal, Faro, Beiras, Leiria, da Indústria de Hotelaria e das Operárias Agrícolas em Montemor-o-Novo, além de outras iniciativas realizadas no âmbito destes sectores específicos.



Seminário sobre Técnicas de Informação em Lisboa.

Durante o ano que findou o Departamento defrontou-se com as habituais dificuldades de estruturas e, designadamente, de monitores o que tem dificultado a passagem para outras etapas no campo da Formação Sindical.



9. TEMPOS LIVRES, DESPORTO E CULTURA

O trabalho desenvolvido leva-nos a concluir da urgente necessidade de reduzir as iniciativas de nível nacional, de forma a possibilitar o desenvolvimento das actividades por parte das estruturas, com o devido acompanhamento por parte da Central. Daí, ter-se programado como prioritárias as actividades organizativas, formativas e dinamizadoras, em resumo, o que constituem as preocupações dominantes do nosso programa para 1982, ou seja a animação e desenvolvimento das estruturas.

Numa breve síntese, as actividades desportivas e culturais realizadas em 1981 pela CGTP-IN, no âmbito da ocupação dos Tempos Livres dos Trabalhadores foram as seguintes:

Festival Sindical de Teatro de Amadores: edição das duas peças seleccionadas pelo júri do prémio «Original Português» do II Festival Sindical de Teatro de Amadores; envio de a documentação do Festival para cerca de 350 grupos de teatro de amadores e de 1500 CCDs, centros culturais e outras colectividades, etc.

Alfabetização: em Janeiro de 1981 iniciaram-se contactos tendo em vista a criação de um grupo de trabalho para este sector de actividade. Realizaram-se várias reuniões que determinaram os passos fundamentais da acção neste sector.

Folclore, de 16 a 23 de Outubro, no âmbito do intercâmbio entre o Conselho Central dos Sindica-

dos da Checoslováquia e a CGTP-IN deslocou-se àquele país uma embaixada artística, de que fez parte do rancho folclórico da Casa do Povo de Reguengo do Fetal.

Festival de Cinema da CGTP-IN - Interimas 82, o grupo de trabalho constituiu integrado representantes de associações sindicais e conhecedores da problemática do cinema: União dos Sindicatos de Lisboa, Federação dos Espectáculos, Sindicato da Actividade Cinematográfica e ainda cineclubistas, animadores culturais e técnicos de cinema, cineastas amadores, críticos de cinema e programadores de cinema, etc. Foram convidadas a enviar filmes ao concurso de cinema não-profissional centrais de 11 países.

Espectáculos Artísticos, por ocasião das comemorações do 1.º de Maio de 1981, dois grandes espectáculos intitulados «Maio a Cantar»; outros espectáculos nos distritos de Évora, Braga, Viana do Castelo, Beja, Castelo Branco, Faro, Guarda e Leiria, etc.

Corta Mato Nacional «Alavanca 1981», em organização conjunta com a União dos Sindicatos de Santarém, em 5 de Abril.

Meia maratona nacional da CGTP-IN, em 12 de Abril de 1981, na Figueira da Foz.

III Taça Nacional da CGTP-IN de futebol de onze 1981, que terminou em Vieira de Leiria em 18 de Junho.

Torneio Nacional de Atletismo de Pista da CGTP-IN, em 21 de Junho de 1981, no campo de treinos no Estádio Universitário de Lisboa, com a participação de 11 equipas e 62 atletas em representação de clubes de empresas, colectividades, sindicatos e uniões de sindicatos dos distritos de Setúbal, Porto e Lisboa.

Prova Nacional de Xadrez, em organização conjunta com a União dos Sindicatos de Aveiro, a 3 e 4 de Outubro.

Concurso Nacional de Pesca Desportiva de Rio da CGTP-IN, no dia 18 de Outubro em Avis na ribeira de Avis.

Torneio Nacional de Ténis de Mesa «XI Aniversário da CGTP-IN», em 15 de Novembro no Pavilhão Gimnodesportivo de Sesimbra.

IV (Meeting) Torneio Internacional de Atletismo 1.º de Maio de 1981, em 26 de Abril no Estádio Nacional, em organização conjunta com a Federação Portuguesa de Atletismo, com a presença de 129 atletas de um total de 15 países.

31.º cross (30 km) do Órgão Informativo Central dos Sindicatos Soviéticos «TRUD» (Moscovo-URSS), em Junho de 1981, com a presença em Moscovo de uma delegação desportiva em representação da CGTP-IN, composta por 3 trabalhadores.



10. GRANDES ACÇÕES DE MASSAS

Pode afirmar-se, com segurança, que o ano de 1981 registou a maior amplitude das lutas sociais depois do 25 de Abril.



Pode afirmar-se, com segurança, que o ano de 1981 registou a maior amplitude das lutas sociais depois do 25 de Abril.

No contexto da sua acção reivindicativa e a par da luta nas empresas e por sectores o movimento sindical realizou importantes acções de massas das quais salientamos: a semana de luta contra o custo de vida, promovida pelas Uniãoes Sindicais dos Distritos de Lisboa e do Porto em Março; as jornadas de luta em defesa da Reforma Agrária e das nacionalizações que tiveram lugar em Abril;

1.º de Maio – concentrações/manifestações em 66 localidades em que devem ter participado cerca de 1 500 000 trabalhadores, tendo-se realizado para a sua preparação e integrado nas comemorações mais de 220 plenários, 31 colóquios sobre temas diversos antes e durante o mês de Maio e 2 comícios.

Manifestações de 27 de Junho/81 – contra o aumento do custo de vida e contra a política do Governo AD/Balsemão I. Esta manifestação foi apoiada por mais de 50 Sindicatos de Lisboa e Setúbal e por mais de 70 órgãos representativos de

trabalhadores das maiores empresas destes dois distritos, 5 comissões coordenadoras das comissões de trabalhadores e várias organizações populares de base. Participaram nesta manifestação mais de 300 000 trabalhadores.

XI Aniversário – realizaram-se mais de 30 plenários em grandes empresas, 8 plenários distritais e um comício no Campo Pequeno, movimentaram-se largas dezenas de milhares de trabalhadores.

Manifestação de 12 de Dezembro de 81 – Realizaram-se para a preparação desta grandiosa manifestação mais de 400 plenários de empresa e distritais, houve concentrações/manifestações em 30 localidades nas quais participaram mais de 1 200 000 trabalhadores.

As acções sindicais realizadas em 1981 tiveram a sua continuidade na grandiosa jornada de luta da greve geral de 12 de Fevereiro de 1982 que consubstanciou o protesto generalizado dos trabalhadores portugueses contra a política da AD e a exigência da demissão do Governo e de uma nova política concordante com os ideais do 25 de Abril.

CONTAS DE EXERCÍCIO DE 1981 DA CGTP—IN

O Plenário de Sindicatos reunido em 17 de Abril procedeu, no âmbito da sua competência, à apreciação e aprovação das Contas do ano de 1981.

O membro do Secretariado Nacional da CGTP-IN José Luís Judas deu uma informação sobre as principais contas do balanço e mapas anexos e prestou explicações ao Plenário sobre a evolução que se registou e a forma como as contas reflectem a actividade sindical desenvolvida.

Como se pode concluir dos quadros, a

evolução positiva registada nas Receitas (com origem em dois factores fundamentais: alteração de 6% para 9% no escalão da quotização e recuperação de quotizações atrasadas) teve como contrapartida um aumento nas despesas, especialmente com as actividades programadas.

Para divulgação junto dos dirigentes e militantes sindicais, incluímos neste número do «Alavanca» o balanço sintético e a Demonstração de resultados das contas do exercício de 1981 da CGTP-IN.

Balanço em 31 de Dezembro de 1981

ACTIVO			PASSIVO		
DISPONIBILIDADES			EXÍGÍVEL		
Caixa	50		Fornecedores	5273	
Depósitos à Ordem	679	729	Empréstimos:		
			Associações Sind. e Diversos	4550	
REALIZÁVEL			Sector Público Estatal	728	
União Distritais Locais	3477		Outros Credores:		
Federações	703		INATEL	5484	
Sindicatos:			Diversos	1636	17 671
Fornecimentos	2674		Provisão p/Riscos e Encargos		
Quotização	884		Imprevistos		194
Empréstimos	2866	10 404	Proventos Antecipados:		
Conferência Organização		2 331	Actividades Programadas	285	
Outros Devedores:			Adiantamento Sindicatos		
Encargos a Regularizar	1540		Sobre Quotização	500	785
Devedores Diversos	1775	3 315	TOTAL DO PASSIVO		18 650
Provisão p/Devedores Incobr.	-	5 539			
		11 240	Situação Líquida:		
Existências		200	Resultados Transitados de		
Imóveis	9809		Anos Anteriores	3461	
Amortizações	- 1615	8 194	Resultados Líquidos	1407	4 868
Custos Plurianuais:			Apurados em 1981		23 518
Aluguer Inst. INATEL	4879				
Amortizações	1626	3 253			
Custos Antecipados:					
Actividades Programadas	576				
Diversos	55	631			
		23 518			

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 1981

DESPESAS		RECEITAS	
Existências Iniciais	400	Quotizações	62 841
Existências Finais	- 200	Prestação de Serviços	597
Variações de Existências	+ 200	Edições Alavanca	1 044
Secretariado	3 268	Actividades Programadas	6 935
Comparticipação para Uniãoes	26 715	Solidariedade	4 507
Comparticipação para MURPI	720	Outras Receitas	788
Fornecimentos e Serv. Terceiros	18 189	Ganhos Extraordinários do Exercício	4 650
Impostos Indirectos	20	Ganhos Importáveis Exer. Anteriores	122
Despesas com Pessoal	20 593		
Outros Custos	2 350		
	72 055		
Amortizações do Exercício	2 283		
Provisões do Exercício	5 734		
Resultados Diversos	5		
	80 077		81 484
Resultado do Exercício	1 407		
	81 484		

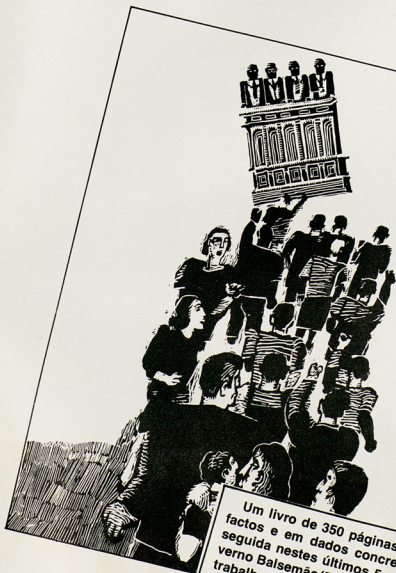
DEPARTAMENTOS E ACTIVIDADES PROGRAMADAS

CENTROS DE CUSTOS	CUSTOS	PROVEITOS	SALDO
Departamentos			
Secretariado	3 268		- 3 268
Plenários	189		- 189
Departamento de Coordenação	849,3		- 849,3
Gabinete de Estudos	2 766,6		- 2 766,6
Departamento de Organização	2 123		- 2 123
Dep. Contratação Colectiva	1 310,7		- 1 310,7
Departamento de Informação	1 758,4		- 1 758,4
Departamento Internacional (1)	3 880,3	580,9	- 3 299,4
Dept.º Assuntos Sociais	439,7		- 439,7
Departamento de Formação	1 093,7		- 1 093,7
Departamento de Tempos Livres	1 513		- 1 513
Edições Alavanca - Revista (2)	3 150,1	722,4	- 2 427,7
Centro de Documentação	543,1		- 543,1
Dept.º Administrativo Fin.	8 179,4		- 8 179,4
Outros Custos de Estrutura (3)	5 031		- 5 031
Subtotal	36 105,3	1 303,3	-34 802
Actividades Programadas			
1.º de Maio	1 363	2 047	+ 684
Encontro Inter. Atletismo	2 844	2 954	+ 110
Conferência da Juventude	1 459	1 260,1	- 198,9
Encontro s/Reest. Adm. Financeira	40	314,1	+ 274,1
Encontro s/Direito de Trabalho	179,6		- 179,6
Semana da Emigração	619,9	358,8	- 261,1
Concurso de Fotografia	240		- 240
Semana da Juventude	187,4		- 187,4
Dia Internacional da Mulher	195,3		- 195,3
Solidariedade com SACTU	157,2		- 157,2
XI Aniversário	78,3		- 78,3
Outras Actividades	1 153,2		- 1 153,2
Subtotal	8 516,9	6 934	- 1 582,9
TOTAL	44 622,2	8 237,3	-36 384,9

- (1) - A verba de 580,9 contos representa subsídio concedido pelo Ministério do Trabalho para deslocação à OIT.
- (2) - Este valor, 3 160,1 contos é o custo global da Revista Alavanca incluindo gastos com salários, encargos sociais, deslocações, etc. A verba de 722,4 contos inscrita na Demonstração de Resultados com a designação de Revista, representa apenas o custo da feitura do Alavanca.
- (3) - Custos com telefones, telex, correios, rendas e outras despesas não imputadas directamente aos departamentos.

O FRACASSO DOS GOVERNOS DE DIREITA EM PORTUGAL

EUGÉNIO ROSA



EDICIÓN UM DE OUTUBRO



1
REALIDADE SOCIAL PORTUGUESA

Um livro de 350 páginas, que nos dá a ideia clara, baseada em factos e em dados concretos, do completo fracasso da política seguida nestes últimos 5 anos, desde o Governo PS/CDS ao Governo Balsemão/F. do Amaral, da inutilidade dos sacrifícios que os trabalhadores fizeram e estão a suportar (já que a situação do País é pior do que nunca), do desastre para que tal política está a conduzir Portugal, e da urgente necessidade de a alterar rapidamente.

Um livro que põe ao dispor de todos, e nomeadamente dos activistas sindicais, um conjunto muito vasto de factos e dados estatísticos, que andavam dispersos e que são muitas vezes esquecidos, mas indispensáveis ao trabalho de esclarecimento e de mobilização.

Preço
280\$00

Com desconto
para
Sindicatos



1.º de Maio



25 de Abril



Marcha
contra
o Desemprego



Greve Geral

**JORNADAS MEMORÁVEIS CONTRA A POLÍTICA DO GOVERNO AD
QUE ASSINALARÃO O ANO DE 1982**